



ACTA N.º 5/2006

Aos vinte e nove dias do mês de Novembro de 2006, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório do GATAT, pelas 14,00 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. **Informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a Actividade Municipal;**
2. **Definição das Taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis referente a prédios urbanos a vigorar no exercício económico de 2007. Proposta nº. 93/GAP/06;**
3. **Documentos Previsionais para o ano de 2007. Proposta nº. 94/GAP/06;**
4. **Projecto de Regulamento de atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior. Proposta nº. 95/GAP/06;**
5. **Projecto de Regulamento de alienação de lotes do Parque de Actividades de Chaves 1ª. Fase. Proposta nº. 97/GAP/06;**
6. **Educação no Concelho de Chaves**

A reunião teve início com a chamada dos Deputados Municipais, tendo-se registado as seguintes faltas:

António Manuel Santana Abelha

Francisco António Pinto de Barros

Raquel Sofia Cunha Soares Xavier

A acta número quatro, referente à sessão anterior foi posta à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os deputados.

O Senhor Deputado Rui Jorge da Silva Oliveira usou da palavra, chamando a atenção para a página 8, onde se lê"inveja", deve ler-se "em Beja".

O Senhor Deputado Manuel Justino Matos Cunha pediu que fosse alterado o parágrafo da sua intervenção na página 6, que diz:.....não se pode exigir às forças políticas "aquilo que se entende", passando a dizer....."aquilo que se quer".

O Senhor Deputado António Pires Almeida solicitou que na página 21 fosse alterado o texto da sua intervenção onde se diz.....invocou o alínea a) do artº.26º. do Regimento, em virtude de "há dois meses", deve dizer-se..... invocou o alínea a) do artº.26º. do Regimento, em virtude de "há vários meses" e na mesma página onde se lêmapa demonstrativo da qualidade da água de abastecimento público em Vidago, deve ler-se: mapa demonstrativo da qualidade da água de abastecimento público em Vidago, "na área do Concelho de Chaves".

Posta à votação foi aprovada por maioria com duas abstenções, por ausência na última assembleia.

Iniciou-se o "**Período Antes da Ordem do Dia**", tendo usado da palavra os seguintes deputados:

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU - referiu a situação da Saúde no Concelho de Chaves, que mais uma vez não consta da "Ordem do Dia". E disse:



Assembleia Municipal de Chaves

ACTA número 05/2006

“ Um dia que se faça história, esta Assembleia Municipal, vai envergonhar-se da votação da “Moção” apresentada pela CDU na sessão anterior. Recordo que a Comissão de Defesa do Hospital deve uma explicação formal de qual é o ponto da situação e esta Assembleia Municipal deve aos Munícipes o definir qual é a sua posição. Devemos alertar as pessoas que o projecto foi partido em fatias. Primeiro dividiram a Maternidade, agora as Urgências, depois temos a integração do Hospital e quando nos apercebermos vamos ter um Hospital despromovido, com uma baixa na prestação de cuidados de saúde e com uma descida na entrada de fundos económicos para a Região. É necessário fazer uma reflexão séria sobre este assunto.

Em segundo lugar quero referir as verbas do PIDAC para o nosso Concelho e para a Região do Alto Tâmega. É interessante verificar que o Governo reduz brutalmente o investimento, estrangula financeiramente as Autarquias e temos o Partido Socialista local a exigir à Câmara, e no meu entender bem, que aumento os investimentos, mas esquecendo-se que um dos mais fortes constrangimentos ao investimento da Câmara parte precisamente do PS – Governo Central.

O Plano de Investimentos da Administração Central coloca, pela primeira vez, Concelhos com zero euros de PIDAC. É certo que pode haver investimentos por outras vias, mas as verbas inscritas através deste Programa são auferíveis, transparentes e controláveis democraticamente e não se vê qualquer contestação por parte das Câmaras do Alto Tâmega, sobre esta questão, nomeadamente do PSD. Aliás é frequente ouvir os Ministros do Governo elogiar este Executivo.

Nesse sentido o Partido Comunista apresentou na Assembleia da República um conjunto de Propostas, referentes à Região e também ao Concelho, algumas das quais são ambições das Autarquias e fizeram parte de programas políticos dos Partidos que agora na Assembleia da República as rejeitaram, mais uma vez, com uma contradição – O PS e o PSD – que são os Partidos que defendem os círculos uninominais, onde depois, não se distingue nunca, numa votação, uma posição em que um deputado que é de uma determinada Região aparece a tomar alguma iniciativa distinta do Grupo Parlamentar em relação a essa mesma Região. Entre essas Propostas constava a integração da Escola Superior de Enfermagem na UTAD, para evitar que o Ensino Superior Público desaparecesse de Chaves, a Casa Mortuária e foram rejeitadas”.

O **SENHOR PRESIDENTE DA MESA** saudou a presença do Senhor Vereador Carlos Augusto Castanheira Penas pela primeira vez nesta Assembleia, desejando-lhe o maior sucesso no exercício das suas novas funções, em prol do Concelho e também a nível pessoal.

ANTÓNIO MANUEL PIRES DE ALMEIDA do PS – Depois de saudar todos os presentes, apresentou um requerimento à Mesa, ao abrigo do art. 30 do Regimento da Assembleia Municipal, no qual pede que lhe sejam facultadas cópias dos Instrumentos de Gestão Previsional da Empresa Municipal - Gestão de Equipamentos do Município de Chaves, referente ao ano de 2007, bem como do Relatório de Actividades e aprovação de Contas referente ao ano de 2005

PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SANTO ESTEVÃO Maria Antónia C. Esteves – Cumprimentou os presentes, e em seguida pediu, em nome da Assembleia de Freguesia de Santo Estêvão, um voto de agradecimento público ao Senhor Dr. João Guilherme de Morais Sarmiento, pela doação de um terreno para a abertura do arruamento que liga a Travessa Esquerda da Rua do Prado à Rua da Botelha na sua Freguesia.



Apresentou ainda uma outra Proposta no sentido de agradecer publicamente à Sra. Enfermeira Maria Inês Pereira Dias, pelo trabalho social que tem desenvolvido semanalmente junto da população local da Freguesia de Santo Estêvão.

PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE S. PEDRO DE AGOSTÉM José Fernando Carvalho Montanha – iniciou a sua intervenção apresentando cumprimentos aos presentes e de uma forma especial, em seu nome pessoal e em nome da sua Freguesia, apresentou cumprimentos e saudou o Senhor Engenheiro Carlos França, ao deixar as funções de Vereador, pelo trabalho e pela disponibilidade que sempre teve em apoiar as Juntas de Freguesia. Ao mesmo tempo saudou e apresentou cumprimentos ao Senhor Arquitecto Carlos Castanheira Penas, no início do seu mandato como Vereador da Autarquia.

Manifestou o seu desagrado, quer em nome pessoal, quer em nome dos membros da sua Junta de Freguesia, por uma notícia publicada num semanário local, no qual o Senhor Presidente da Câmara se dirigiu, no seu entender, de uma forma injusta aos membros da sua Junta de Freguesia. “Essa notícia prendeu-se com a falta de água na aldeia de Vila Nova, situação da qual assumi a responsabilidade junto da população. Esse desagrado foi pela falta da água, mas também pela falta de solidariedade do Senhor Presidente da Câmara, ao transferir para a Junta de Freguesia toda a responsabilidade, na medida em que referiu que havia muitas verbas transferidas para a Freguesia. Reconheço que houve investimentos, nomeadamente em saneamentos e deixo o apelo para que os iniciados há cinco anos terminem e entrem em funcionamento. Para a minha Freguesia foram transferidos no último mandato 121 mil euros, o que representa 30 mil euros por ano, que a dividir por onze aldeias dá uma média de cerca de 2.700 euros para cada uma, por ano, o que não é assim tanto dinheiro, mas admito que foi o possível.

Quanto à apresentação de contas todos sabemos que as Freguesias têm contabilidade organizada e não entra, nem sai um cêntimo, sem um documento de suporte. Além disso as contas são públicas e podem ser consultadas por quem o desejar.

Admito também que por vezes os jornais não dizem concretamente o que se lhes transmite. Peço que no futuro as questões sejam abordadas de outra forma e não é minha intenção mandar recados aos Senhores Presidente da Câmara e Vereadores, mas ao longo deste últimos cinco anos sempre tive uma conduta pela verticalidade. Deverá haver outra linguagem de todos nós, porque o que dizem na rua é que os políticos estão a enriquecer, porque recebem daqui e dali e isto não é gratificante de ouvir. O Presidente da Junta recebe 250 euros por mês, ou por ano, ou quando «calha» e isso não lhe chega para telemóvel”

Terminou desejando a todos um Bom Natal.

O **SENHOR PRESIDENTE DA MESA** perguntou à Assembleia se alguém se opunha às duas Propostas apresentadas pela Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estêvão, no sentido de agradecer publicamente às duas pessoas ali mencionadas, as quais leu novamente.

Foram aceites mas com votação em separado.

A primeira foi posta à votação e foi aprovada por unanimidade.

A segunda foi aprovada com 86 votos a favor e duas abstenções.

O Senhor Deputado **FRANCISCO ANTÓNIO CHAVES DE MELO** do PS fez a seguinte declaração de voto relativamente à segunda proposta: “ Não desmerecendo o trabalho cívico que é feito pela Senhora Enfermeira Inês, mas porque há muita gente a fazer trabalho cívico no nosso Concelho, da mesma forma que o faz a Senhora Enfermeira e, pelo facto de uma Senhora Presidente de Junta se ter



lembrado, e bem, de a referenciar, isso deveria ser extensivo a todas as pessoas do nosso Concelho que dedicam parte do seu tempo a ajudar os outros. Entendo que a questão deveria ser generalizada e não personalizada”

O Senhor Deputado **ANSELMO JOSÉ MARTINS** do PS fez também a seguinte declaração de voto: “O meu sentido de voto tem mais ou menos a mesma razão. Quando voto um louvor quero ter o mínimo conhecimento desse trabalho. Não ponho em causa a pessoa, porque de certeza que o merece, mas considero que quem tem conhecimento dele é uma parte localizada do Concelho, que tem Órgãos de Gestão, e eu penso que a Assembleia de Freguesia fará isso. Abstenho-me porque não tenho conhecimento de que esse trabalho se reflecta ao nível de todo o Concelho, uma vez que nós aqui representamos o Concelho, embora também não deixe de considerar que o todo, por vezes é o somatório das partes. A razão é única e exclusivamente esta. Neste Concelho há muita gente que também faz trabalho solidário e se este voto for extensivo a todas essas pessoas eu voto a favor.”

HIGINO DOMINGOS FERREIRA DA SILVA do PSD – disse que há 16 anos, numa Assembleia Municipal realizada na sede dos Bombeiros Flavienses, no Largo das Freiras, solicitou a esta Assembleia e ao executivo de então, que promovesse o alargamento e asfaltasse a estrada 507, desde o Seara a Soutelinho da Raia. O pedido foi aceite mas a semi-concretização da obra só teve lugar em 1996/1997. Como vem aí o novo Quadro Comunitário de Apoio 2007/2013, pediu novamente que seja projectado, atempadamente, novo alargamento para 9,3 m, com ligação a Montalegre, Ponte de Chaves/Assureiras. A Autarquia de Montalegre está interessada nesse projecto intermunicipal, mas a iniciativa pertence a Chaves.

PAULA CRISTINA BARROS TEIXEIRA DOS SANTOS do PS – disse haver duas preocupações fundamentais que a levaram a intervir neste período “Antes da Ordem do Dia” e que, no seguimento da intervenção do Senhor Deputado Manuel Cunha, não poderia deixar de fazer algumas reflexões.

“O Partido Socialista no que respeita ao Reordenamento dos Serviços de Saúde a nível nacional que abrangem o Distrito de Vila Real e o Concelho de Chaves, não pode ser acusado de activo ou mesmo “pró activo” neste processo. Lembro que todo este processo se desencadeou porque os Senhores Vereadores do Partido Socialista, na Câmara Municipal apresentaram esta preocupação sobre uma forma de “Moção” ao Executivo, que foi aprovada por unanimidade. Desde aí desencadeou-se todo um processo com a natural intervenção dos representantes dos Grupos Municipais da Assembleia Municipal, nomeadamente o Grupo Municipal do Partido Socialista, do Partido Social Democrata e da CDU, encabeçado pelo Senhor Presidente da Câmara que, legitimamente, representa os interesses dos Flavienses, tomando as posições que devem ser tomadas para que Chaves não fique fora da Reorganização dos Serviços de Saúde no Distrito e particularmente no Concelho. Lembro também que, ainda ontem, em reunião desta Comissão, foi assumido legitimar o Senhor Presidente da Autarquia para, em nome do Município, liderar o processo no que se refere às Urgências Médico-cirúrgicas no HDC. A posição tomada foi clara, onde todos defendemos, sem qualquer condicionalismo, a manutenção do Serviço de Urgências Médico-cirúrgicas no Hospital de Chaves.

Senhor Presidente confiamos em si como veículo desta mensagem e também como veículo da Proposta para que se faça uma reunião alargada entre os representantes desta Comissão da Assembleia Municipal, o representante da Autarquia, com elementos da ARS e o Senhor Governador Civil, para tomar uma decisão concreta, relativamente à Proposta que nos irá ser colocada sobre todo o Reordenamento. Possivelmente não andamos a fazer muitos números na Comunicação Social, mas



para quem tem responsabilidades fundamentalmente do foro governativo, quer diga respeito ao poder político nacional ou ao local, mais importante são os objectivos que se marcam, são as metas que se definem e aquilo com que podemos contribuir para alcançar essas metas, via os objectivos que estavam definidos. É esse o nosso posicionamento e agora nesta questão em particular, o que daqui para a frente se vai passar está com o Senhor Presidente da Câmara na defesa do que é a manutenção clara de serviços que podem continuar a dignificar o HDC como uma importante Unidade de Saúde.

Relativamente às questões do Orçamento e do PIDAC, o Senhor deputado Manuel Justino Matos Cunha, com as responsabilidades políticas que tem, deve saber que o que está inscrito em PIDAC é muitas vezes faccioso. Mais importante do aquilo que está inscrito é aquilo que se executa e nós estamos aqui também para dar uma força ao Senhor Presidente da Câmara, no que diz respeito à execução, naquilo que ele tenha como obras concretas, que digam respeito ao desenvolvimento regional. Se analisou bem os documentos este é um ano em que 55% do PIDAC não está regionalizado, nomeadamente os projectos supra-municipais e que cada vez mais devemos adoptar como uma filosofia de desenvolvimento e como elementos integrantes de uma área regional específica que é o Alto Tâmega. Perante isso, abraçaremos todos os projectos no âmbito de desenvolvimento supra-municipal, de carácter regional, que possam vir a ser a locais também a Chaves e não só.

Nas questões municipais preocupa-nos a questão dos Parques de Estacionamento na cidade e particularmente do direccionamento da Autarquia para a implantação de um Parque subterrâneo no Largo do Arrabalde. Todos nós sabemos que ao serem feitas escavações naquela zona seria inevitável encontrar vestígios arqueológicos e por essa razão queremos saber claramente qual foi a intenção da Câmara. Se foi trazer à luz esses vestígios arqueológicos, o que é louvável, dado o pólo turístico de interesse relevante que é Chaves, ou se de facto tinha a intenção de ali implantar o referido Parque, o que não nos parece, dada a evidência de vestígios arqueológicos no local. Queremos saber qual a solução que o Senhor Presidente da Câmara apresenta neste momento sobre o estacionamento no Centro Histórico; defendemos que deve ser revitalizado e visto como um verdadeiro Centro Comercial ao ar livre, criando-lhe condições de fácil acesso, como tem fácil acesso outro tipo de Centros Comerciais que recebemos.

A localização da Feira Semanal também nos preocupa. Está a ser feita a requalificação da envolvente ao Forte de S. Neutel, mas achamos que deveria existir uma visão estratégica de alternativa à sua localização. Gostaríamos de conhecer a posição do Executivo Municipal, para emitirmos a nossa opinião, procurando colaborar de uma forma construtiva como é característica do Partido Socialista”.

MANUEL DOS ANJOS MONTALVÃO MACHADO do PSD – iniciou a intervenção dizendo que efectivamente a população do Alto Tâmega se mostrou muito medrosa ao investigar pormenorizadamente a necessidade da saúde. Ao contrário do que diz a Senhora deputada os preços dos medicamentos estão constantemente a subir, nomeadamente para pessoas que necessitam de medicamentos diários e têm 225 euros de reforma. Isso não é social é anti-social. A Saúde está na Constituição da República Portuguesa.

As Termas de Chaves onde brotam as águas mais notáveis do País, saindo a 73º e que são bacteriologicamente puras, são conhecidas há dois mil anos; este ano foram objecto de grandes transformações, de molde a proporcionar o melhor atendimento e assim, otimizar os tratamentos prescritos pelos clínicos das termas, a quem se devem os magníficos resultados atingidos – mais de 6000 aquistas, não esquecendo também o trabalho realizado pela Senhora Vereadora do Pelouro respectivo.



O SPA do Imperador oferece agora magníficas instalações para diagnóstico, todo o tipo de banhos e duchas, fisioterapia etc. Porém, confesso que tanto eu, como a grande maioria das pessoas de Chaves não conhecemos “in loco” todos estes melhoramentos e talvez se justificasse uma iniciativa da Câmara para proporcionar uma visita guiada a todos os interessados, agora que estamos na época baixa.

ANA MARGARIDA VAZ ALVES CHAVES do PS – disse que a sua intervenção tem como objectivo chamar a atenção desta Assembleia e da Câmara Municipal para o estado de segurança das pontes da responsabilidade do Município.

As pontes são constituídas por elementos estruturais e elementos não estruturais, que condicionam a sua funcionalidade. Com o passar dos anos qualquer estrutura se torna menos segura e quanto mais tempo estiver em funcionamento maior será a probabilidade de ocorrerem acções de valor extremamente elevado, para além de ser maior a variabilidade das resistências, tornando-se de crucial importância a realização periódica de inspecções quer de rotina, quer principais. As inspecções de rotina têm por objectivo detectar danos aparentes, através de uma observação visual e devem ter uma periodicidade curta. As inspecções principais são mais profundas e detalhadas, devendo ser feitas por pessoal especializado nesta área, de cinco em cinco anos, podendo este período ser alargado ou encurtado, em função da possível existência de anomalias detectadas em inspecções precedentes.

Chamou a atenção para a Ponte de Vila Verde da Raia, construída em betão há cerca de vinte anos, que exteriormente já se encontra em estado de avançada degradação, visível à vista e com um volume de tráfego diário considerável, que será, no futuro próximo, o principal acesso da A24 ao Tecno-Polo.

Terminou perguntando se a Câmara tem feito as inspecções normativas às pontes municipais e qual é o seu estado de segurança, quer da Ponte de Vila Verde da Raia, da de Segirei, quer ainda das três pontes da cidade, sem esquecer a Romana e das demais existentes no Concelho.

CARLOS MANUEL BARROSO BARREIRA GUERRA do PSD – depois dos cumprimentos aos presentes, em especial ao Senhor Vereador Castanheira Penas, disse fazer esta intervenção, neste período “Antes da Ordem do Dia”, porque todos os assuntos agendados, de capital importância para o Concelho e para as instituições autárquicas não carecem, no seu entender, de reparos e deixa a apreciação objectiva para outros colegas de bancada, aguardando depois a exposição clara do Senhor Presidente da Câmara sobre os mesmos.

Relativamente à agenda, para além das razões de aprovação que constam dos documentos e que subscreve, “a não ser, permitam-me o inevitável realce, obviamente de pendor negativo, para a iníqua prestação do partido da oposição na Câmara Municipal”.

É imperativo que esta Assembleia faça muito mais que um mero papel de Órgão sancionador das propostas do Executivo Camarário, tendo a obrigação de se assumir como um verdadeiro Fórum de discussão da causa pública, pois é o único Órgão autárquico, com inteira legitimidade, e condições democráticas para tal. Por essa razão devemos fazer destas sessões momentos únicos, de manifestação de ideias e de vontades, que rumem num só sentido - o do desenvolvimento e da afirmação da cidade e do Concelho - sem desvalorizar a luta política, pois é do imprescindível confronto de ideias e das diferentes opiniões que se desbravam rotas para o futuro.

Referiu dois deputados desta Assembleia e disse: “ faço-o com todo o respeito: o Senhor Dr. Matos Cunha pelo excesso de protagonismo cá dentro, muitas vezes sem qualquer substância e esquecendo que estas não são as **RGA's** do tempo do PREC, da nossa bela e inocente juventude (a referência ao Senhor Dr. Matos Cunha além de



respeitosa é feita também com amizade e admiração). E, por outro lado, obviamente com maior desagrado, o Sr. Eng.º. Valdemar Carneiro, pelo excesso de protagonismo lá fora, como cronista pretensamente sublevado, que dispara balas de fel em todas as direcções, esquecendo que o Fórum de debate é aqui nesta casa, onde, lamentavelmente, escolheu uma confrangedora ausência de protagonismo, quando é o único elemento do partido que representa”.

Em seguida propôs para debate, numa das próximas sessões o tema do **“desenvolvimento local, que modelo a seguir?”** – à luz da nova ordem nacional, das exigências da Europa Comunitária e num cenário de globalização que não se pode esquecer.

“Todos temos, cada um com as suas competências e com a sua experiência de vida, uma ideia de desenvolvimento para a nossa terra e de uma maneira ou de outra, somos capazes de aportar algo de válido e generoso. Reivindicamos também para nós esse protagonismo”.

“O desafio para esta Região é enorme, como enormes são as oportunidades, mas também os riscos. Chaves e a Região do Alto Tâmega têm inquestionáveis potencialidades naturais. Diria que são únicas no contexto nacional e que nos permitiram ombrear, mesmo com enorme handicap, ao longo de todos estes anos, com as duas capitais do Distrito – Vila Real e Bragança - e as suas áreas de influência.

Imaginem o que seria se as políticas e o empenho daqueles que dirigiram a autarquia nas últimas décadas tivessem estado à altura da cidade e da região.

Estamos agora no bom caminho. Pela primeira vez vislumbramos a mudança, digo-o sem demagogia, pois é uma constatação. Pela primeira vez se concretiza um determinado modelo de desenvolvimento, aquele que nos parece adequado e que a cidade e a região precisam desesperadamente – *Desenvolvimento que recorrentemente nos prometeram no passado mas que imprudentemente foram deixando adiado*”.

JOSÉ ANTÓNIO TRINDADE MENDES do PS – cumprimentou os presentes e em seguida referiu-se à temática da mobilidade e das acessibilidades no espaço geográfico do Concelho, alertando para situações que o Partido Socialista considera graves, a nível de mobilidade e das acessibilidades, que podem potenciar aos munícipes situações de risco da própria vida. Essas situações são conhecidas do Senhor Presidente da Câmara pois foram-lhe apresentadas pelo PS aquando da realização da última reunião de contributo dos partidos da oposição para elaboração dos Documentos Previsionais para o Ano de 2007.

No sentido de sensibilizar a autarquia o Partido Socialista propõe/sugere que com carácter de urgência seja dotado o eixo viário de acesso da cidade de Chaves ao Nó da A24 em Sanjurge (Bairro da Trindade - Cemitério Municipal), com passeios para peões, face ao incremento do trânsito motorizado, resultante da abertura do referido Nó. A situação é agravada, potenciando o risco de atropelamentos, pelo facto de esse itinerário ser o único que dá acesso ao cemitério ali existente.

Cientes das dificuldades financeiras perceptíveis na apresentação dos Documentos Previsionais para 2007, propõem a construção da Ciclo-via Chaves/Vila Pouca de Aguiar, efectuando a obra por lanços. No seu entender há uma necessidade acrescida na urgência de construir o troço de Chaves/Vidago, com o objectivo de incentivar a transformação da cidade num ambiente mais humano e saudável, menos motorizado e mais seguro. Esta via irá facilitar a deslocação dos jovens para as Piscinas do Rebentão que é uma infra-estrutura vital para eles.



FRANCISCO ANTÓNIO TAVEIRA FERREIRA do PSD – depois dos cumprimentos e em especial o Senhor Arquitecto Carlos Castanheira Penas, por ser a primeira Assembleia em que participa na qualidade de Vereador, ao qual desejou os maiores sucessos, disse que o PSD na última Assembleia reiterou que a melhor solução para a Saúde na Região de Chaves seria a criação de um Hospital – Empresa, ou em alternativa a já proposta Unidade de Saúde Local, que integraria os Centros de Saúde e o Hospital. Lembrou que, há cerca de 12 anos, quando se criou a primeira Unidade de Saúde do Norte, foi escolhido Chaves.

O Governo Central decidiu, há mais de um ano criar o “Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro”. Tem-se feito um esforço, por parte das pessoas que estão informadas sobre esta questão, para sensibilizar a futura Direcção que será nomeada para o referido Centro Hospitalar, mas particularmente a ARS, o Senhor Ministro da Saúde e o Senhor Secretário de Estado para aquilo que é a particularidade de Chaves, no contexto nacional.

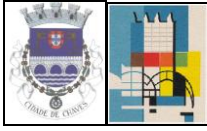
Esta oportunidade de criação na Região, nomeadamente um Centro Hospitalar que tenha diferenciação Técnica, sob o ponto de vista político, deve ficar sob a total responsabilidade do Governo, na medida em que assumiu uma decisão e tem sido claramente alertado para as boas e más consequências que daí advierem. Estão em causa as especificidades particulares que Chaves tem e que deveriam ser tomadas em linha de conta, antes da decisão; temos 48% da população do Distrito, temos uma área territorial que tem 52% da área total do Distrito e temos um desenvolvimento sócio económico merecedor duma unidade de prestação de cuidados diferenciados.

Em causa está efectivamente a Maternidade, o Serviço de Urgência e o Hospital, enquanto entidade diferenciada em prestação. Politicamente tem-se entendido, nos últimos tempos, que a melhoria das acessibilidades vem solucionar os problemas que existem na Região, ou seja: os problemas sociais, da saúde, da educação, e o do despovoamento que é o mais grave. Sabemos que o Governo e as estruturas dirigentes têm sido sensíveis à questão de que Chaves é um Pólo Especial de interesse Turístico; que é uma Região de Fronteira, com infraestruturas como a Plataforma Logística, o Mercado Abastecedor e o Parque Empresarial, que vão criar aqui um pólo de desenvolvimento do ponto de vista económico - financeiro e pretende-se que também seja social.

Num momento em que Chaves caminha numa área de desenvolvimento que se pretende sustentado, com apostas de futuro e investimentos de vulto, no sentido de melhorar e qualificar esta Região como lugar preferencial de viver e de conforto, importa alertar para a provável desqualificação do nosso Hospital em capacidade de prestação de cuidados. O nosso Hospital caminha, em minha opinião, para uma desqualificação do seu desenvolvimento técnico. Neste momento é muito urgente definir como se vai processar a integração? Quando? Que Serviços ficam em Chaves e qual é sua qualidade? Com que Diferenciação é que este Hospital está a ser pensado? O HDC enquanto entidade assim referenciada morre no dia 31 de Dezembro de 2006.

NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO do PSD – iniciou a sua intervenção saudando os presentes e em especial o Senhor Arquitecto Carlos Castanheira Penas, a quem desejou o maior sucesso profissional e também pessoal.

Referiu uma frase proferida pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Agostém na sua intervenção quando, a dada altura, disse que «os saneamentos começaram há cinco anos» - “é uma frase que vale o que vale, mas é sintomática”; referiu ainda uma outra frase da Senhora deputada Paula Barros quando na sua intervenção disse «o Partido Socialista está com o Senhor Presidente da Câmara» - “a ver vamos no decorrer dos trabalhos”.



Em seguida disse que no próximo dia 12 de Dezembro se comemoram os 30 anos do Poder Local. Em Chaves foi o PPD/PSD a primeira força política a vencer as eleições, que introduziu no Concelho uma clara e inequívoca melhoria qualitativa, desde estradas à iluminação, abastecimento de água e outras obras relevantes.

Quando se fala de Poder Local reportamo-nos a factos concretos, materiais, mas também a sentimentos de serviço público e é inquestionável que desempenhámos uma enorme e importantíssima função na consciencialização política do País e na concretização da sua prática. Da nossa acção – de que tanto nos orgulhamos – colheram os Flavienses vantagens indesmentíveis que se constituíram em factores de qualificação de vida, em termos de bem-estar social, de desenvolvimento económico e de aprofundamento cultural.

O Concelho de Chaves, que de quase nada dispunha, está hoje, generalizadamente, dotado de infraestruturas e equipamentos que garantem bem-estar. Os Flavienses, que viviam numa atitude de não participação cívica no seu destino colectivo, dispõem hoje de todas as Instituições para a sua realização individual em favor da comunidade.

O Municipalismo tem responsabilidades políticas enormes que queremos celebrar, louvando, todos aqueles que, desde a primeira hora – muitos já desaparecidos, não da nossa memória – foram nossos companheiros de caminhada. Para todos o nosso profundo agradecimento, a nossa homenagem sincera. Nestes trinta anos certamente houve algumas faltas e outras tantas falhas.

Flavienses de todos os credos e filiações partidárias, fizemos já um imenso e intenso percurso democrático na concretização e aprofundamento do Estado de Direito em que nos empenhámos. Temos consciência que, nos desafios de uma modernidade cada vez mais exigente, temos de cumprir as novas e sempre crescentes demandas que as populações diariamente nos impõem.

Ganha a batalha das infraestruturas básicas, urge responder, agora, a novas políticas de competitividade e de coesão social - as autarquias têm de ser cada vez mais o pivot de outras dinâmicas sociais, económicas e políticas. Temos de combater as assimetrias sociais e de afirmar um papel determinante na educação e na qualificação do munícipes, temos de contribuir decisivamente para a competitividade, pois sobre nós recaem cada vez mais efectivas responsabilidades na concretização de um sistema político que, em benefício da democracia e da participação, nos cumpre aprofundar.

Nestes tempos de tamanhos desafios, queremos celebrar o passado, com os olhos postos no futuro.

PAULA CRISTINA BARROS TEIXEIRA DOS SANTOS do PS – usou da palavra para pedir que fosse permitido aos Vereadores do seu Partido usar da palavra em defesa da honra, em consequência da intervenção do Senhor deputado Carlos Barreira Guerra, que considerou a actuação dos Senhores Vereadores do PS, na Câmara, como «iníqua»

O **SENHOR PRESIDENTE DA MESA** perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se autorizava os Vereadores do Partido Socialista a usar da palavra, ao que este respondeu que não.

CARLOS MANUEL BARROSO BARREIRA GUERRA do PSD - usou da palavra para dizer que não quis dar à palavra «iníqua» o sentido pejorativo que o Partido Socialista lhe atribuiu e retirou a palavra



O **SENHOR DEPUTADO ANSELMO JOSÉ MARTINS** do PS – Colocou um ponto de Ordem à Mesa e foi-lhe autorizado. Disse que o Presidenta da Câmara só tem competência, ou não, para conceder a palavra aos Senhores Vereadores sobre assuntos de gestão camarária, porque é, efectivamente, quem representa a Câmara Municipal neste Órgão. Questões de honra, os Senhores Vereadores têm sempre a legitimidade e o direito de defender a sua honra, e já nesta Assembleia isso aconteceu. O Senhor Vereador António Cabeleira, quando se sentiu ofendido na sua honra, teve direito ao uso da palavra, razão pela qual pediu que fosse dado o mesmo direito aos Senhores Vereadores do Partido Socialista.

O **SENHOR PRESIDENTE DA MESA** esclareceu que a palavra que deu origem a esta situação já foi retirada pelo Senhor deputado Carlos Barreira Guerra e retirado o motivo de indignação do Partido Socialista, o assunto estava encerrado.

Os Senhores Vereadores do Partido Socialista apresentaram à Mesa o seguinte requerimento: "Os Vereadores do Partido Socialista vem requerer usar da palavra nos termos do nº. 5 do Art.48º da Lei 169/99. Os Vereadores Maria Aline da Silva F. Caetano, Luís Manuel Areias Fontes e Nuno Artur Esteves F. Rodrigues"

O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra aos Senhores Vereadores do PS, em nome dos quais falou a Senhora Vereadora **MARIA ALINE DA SILVA F. CAETANO** que disse: "Obrigado Senhor Presidente por nos ter concedido a palavra, apesar de sabermos que a Lei nos permite. É mesmo dos princípios mais elementares da defesa da honra de qualquer cidadão. As palavras têm de ter consequências e as regras de urbanidade que devem reger a prática e relações entre órgãos que têm por objectivos nobres, a política. Entendemos que houve ofensa à honra porque a palavra utilizada «iníqua» significa injúria, calúnia, difamação, má, perversa. Entendemos que, não basta retirar a palavra e em nome do Órgão que também representamos, exigimos um pedido de desculpas.

CARLOS MANUEL BARROSO BARREIRA GUERRA do PSD – respondeu que não pedia desculpas a ninguém porque não imputou nenhuma ofensa a quem quer que fosse e como retirou a palavra não tem porque o fazer. Até porque a palavra em questão tem inúmeros significados e não a usou no sentido prejudrativo, conforme foi interpretado pelos Senhores deputados do Partido Socialista.

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA, da CDU – usou novamente da palavra para pedir que lhe seja autorizado intervir mais tempo no período "Antes da Ordem do Dia".

Alertou mais uma vez a Assembleia que, apesar das várias intervenções havidas, não vai tomar uma posição concreta sobre a questão do HDC. Vai – se assistir à despromoção do seu Serviço de Urgência e um dia todos serão responsabilizados por uma decisão que o Governo tomou há mais de um ano e sobre a qual todos fizeram os seus "jogos" para limpar a sua face; no fim, perante uma informação governamental de que nunca iria contra a decisão das Autarquias, estas apresentaram uma Proposta que não foi aceite e toda a gente ficou calada. "Que as outras Câmaras do Alto Tâmega fiquem caladas, entende-se, mas que a Assembleia Municipal de Chaves baixe a cabeça e vote contra uma "Moção" que, no essencial, só recordava isso é espantoso"

PAULA CRISTINA BARROS TEIXEIRA DOS SANTOS do PS – disse que o Partido Socialista considera que a Assembleia Municipal deve ser um Órgão que se paute pela elevação das suas intervenções e pela elevação da sua participação cívica no que diz respeito ao contributo para aquilo que deve ser a política do Município.



“Porque não nos revemos numa política de estar sempre a olhar para trás, porque o nosso objectivo é olhar para o futuro e, respondendo claramente ao Senhor deputado Manuel Cunha, o Partido Socialista apresenta a esta Assembleia Municipal a Proposta que suporta a decisão do Senhor Presidente da Câmara Municipal no sentido de fazer vincular o sentimento deste Órgão, no que diz respeito a não admitir, por qualquer princípio, ou sob qualquer condicionalismo, a despromoção do Serviço de Urgência do seu Hospital, ou seja – o Serviço de Urgência Médico – Cirúrgica”.

VALDEMAR DA SILVA CARNEIRO do CDS – cumprimentou os presentes e respondeu ao Senhor deputado Carlos Manuel Barreira Guerra, agradecendo-lhe o facto de ser um leitor assíduo das suas crónicas. Disse ainda “quando estamos no exterior acreditamos nas Assembleias, acreditamos na política, e estamos a praticar uma política de anti-desenvolvimento”.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**, depois de cumprimentar os presentes respondeu às questões que lhe foram colocadas pelos senhores deputados neste período “Antes da Ordem do Dia”.

- O Senhor deputado **Anselmo José Martins** fez uma interpelação à Mesa, relativamente à minha posição sobre a autorização que dei ao Senhor Vereador António Cabeleira para defesa da honra, comparando-a com a situação de hoje, mas não tem razão. Na altura o Senhor Vereador António Cabeleira veio defender a sua honra autorizado pela Assembleia, não foi o Presidente da Câmara que o autorizou, mas sim a própria Assembleia.
- O Senhor deputado **Manuel Justino Matos Cunha** referiu a questão do Hospital. Sobre essa matéria se houve alguém que deu a cara e explicou claramente qual era a sua posição fui eu e também é do conhecimento de todos que escrevi, e apresentei uma Proposta para a criação de uma Unidade Local de Saúde, que no meu entender, é a mais capaz para responder aos problemas de saúde do nosso Concelho e da nossa Região.

Essa Proposta não foi aceite pelo Governo e por muito que tentem passar as responsabilidades para a Câmara ou para o seu Presidente, a verdade é que quem decide é o Governo e não a Autarquia, muito menos o Presidente da Câmara. Esta Assembleia, na sua última sessão, foi confrontada directamente e não disse o que queria; dos dois caminhos que nos restavam, aquele que foi seguido e que efectivamente está previsto será o que melhor serve o HDC, porque o outro leva rapidamente ao seu completo desmembramento.

Lembro mais uma vez que a responsabilidade política (e total), no que diz respeito ao HDC é do Governo. O Presidente da Câmara fará aquilo que a Assembleia determinar. A minha posição sempre foi clara e assumida e gostava que todos os demais fizessem isso na devida altura, sendo claros, concretos e objectivos.

O Partido Social - Democrata tem a responsabilidade da gestão do Município e tem uma posição definida e clara: em primeiro lugar a Unidade Local de Saúde, e em alternativa a HDC/EPE, mas como a nossa Proposta não foi aceite vamos para as opções que nos restam.

O Governo é quem decide nesta matéria e o Partido Socialista, como Partido de suporte do Governo, que assuma as suas responsabilidades e aqui em Chaves, com todo o peso que tem, seja capaz de influenciar as decisões políticas do Governo, para esta e outras questões. Não é dizer que apoiam quando as soluções são positivas e atirar a responsabilidade para a Câmara quando são negativas. Serei o primeiro a dar os parabéns ao PS de Chaves se disser que por sua influência o HDC ganhou algo. Farei o mesmo se vierem aqui e me disserem que por sua influência o Nó de Outeiro Seco vai começar em Janeiro de 2007. Em



política cada vez devemos ser mais correctos, transparentes e claros nas posições que tomamos.

O Senhor deputado Manuel Cunha falou também na nova Lei das Finanças Locais. Esta Assembleia Municipal, na sua última sessão tomou aqui uma posição clara sobre a matéria. A Proposta do Governo tem aspectos positivos que ninguém contesta e nem os Municípios pediram mais dinheiro, mas muda as regras a meio do jogo e ao fazer isso, pode influenciar negativamente determinadas situações. Estou solidário com a posição da Associação Nacional de Municípios, concordo com algumas críticas que lá são feitas, mas há situações que é necessário ter em atenção e que eu vou aqui assumir já hoje.

A Proposta de Lei do Partido Socialista sobre a cobrança do IRS dizia que as Autarquias participavam em 5% do IRS cobrado no respectivo Município. Desses 5% dois por cento são receita obrigatória e os restantes três por cento seriam de opção. Por influência do CDS/PP, que por sinal só tem uma Câmara no País, passou a ser opção efectivamente, 5%, cobrando o Estado os restantes 95%. Esta é uma das iniquidades desta Lei. No Município de Chaves esses 5% equivalem rigorosamente a 955 mil euros e vamos cobrar esse IRS. Esse valor será aplicado em Educação, Acção Social e Saúde, dentro das responsabilidades do Município. Isto porque esta Lei cria um Fundo Social Municipal para Acção Social, Saúde e Educação, que em Chaves é de 667 mil euros e não chega para pagar metade das despesas dos Transportes Escolares.

Relativamente ao PIDAC concordo com a Senhora Deputada Paula Barros que este Programa vale mais pelo que é realizado do que pelas verbas que inscreve, mas quanto mais vier inscrito mais possibilidades há de realizações. O PIDAC não é responsabilidade das Autarquias, antes fosse. É da responsabilidade do Governo que determina a inscrição das verbas para os Distritos e Concelhos. Quando havia propostas para o PIDAC eram os Senhores deputados do Distrito que eram chamados a apresenta-las na Assembleia da República; devem, portanto, ser os Senhores deputados do Distrito a fazer o levantamento das obras necessárias em cada um dos Concelho e defendê-las na AR.

- O Senhor deputado **António Manuel Pires de Almeida** pediu cópia dos Documentos Previsionais da Empresa Municipal para 2007 e o Relatório de Contas relativo a 2005. É com todo o gosto que lhe serão fornecidos esses documentos. Os Documentos Previsionais para 2007 estão em elaboração, havendo já uma proposta apreciada pelo Revisor Oficial de Contas. O Relatório não veio à Assembleia Municipal porque não era obrigatório, mas foi à Câmara e os Senhores Vereadores do PS pronunciaram-se sobre ele. O Relatório de Contas de 2006 virá à Assembleia Municipal, em função da nova lei.
- Associo-me à Senhora **Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estêvão**, nos agradecimentos e louvor público que aqui formulou às personalidades que referiu, sem qualquer condicionalismo.
- O Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Agostém** respondeu ao desafio que lhe fiz no Jornal, de vir aqui falar no assunto. Quando da entrevista que me foi feita eu dirigi-me para o Jornal e não para a Junta de Freguesia ou para os habitantes da sua freguesia, embora não tenha qualquer problema em fazê-lo e explicar a situação directamente às pessoas se quiser reuni-las. Mas há um esclarecimento que é necessário fazer. O Senhor Presidente disse aqui que é o responsável pela água da sua Freguesia, mas não foi isso que estava escrito no jornal. Quem cobra a água é a Junta de Freguesia, mas quando houve falta de água, transferiu-se a responsabilidade para a Câmara, o que não é correcto.



Quanto às transferências o Senhor Presidente não veio aqui dizer que não foram feitas. Foram efectivamente transferidos 121,560 euros em despesas de capital, mas esqueceu-se de mencionar os cerca de 50 mil euros que lhe foram transferidos relativos a despesas correntes, o que somado perfaz um total de 171,560 euros.

A conduta da Câmara para com as Juntas de Freguesia pauta-se pela lealdade, correcção, normalidade e pelo assumir das responsabilidades, por cada um e exercê-las dentro dos parâmetros da Democracia

- O Senhor deputado **Higino Domingos Silva** referiu – se ao alargamento da estrada que liga Chaves a Montalegre. Já tive a oportunidade de explicar esta questão. Quando em 2002 esta Câmara procurou retomar o projecto dos 9 metros, falamos com o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Montalegre, que entendeu que para ele, esse projecto não era prioritário. Não sabemos se agora o é. Se for o caso poderemos retomá-lo no novo Programa INTERREG.

- Já respondi à Senhora deputada **Paula Cristina Barros** sobre a questão do Hospital. Agradeço-lhe não só a expressão do apoio, mas todo o trabalho que tem realizado e desde já agradeço a sua presença na reunião que o Senhor Governador Civil vai realizar, sobre o processo.

Foi antes de ontem anunciado pelo Governo o investimento de 332 milhões de euros para acessibilidades a Lisboa. Para o Nó de Outeiro Seco bastam-nos 862 mil euros e eu estou convencido que no próximo ano, com o apoio do Partido Socialista e com a intervenção da Senhora deputada essa obra será realizada.

Sobre o Parque de estacionamento subterrâneo o PS sabia antecipadamente o que estava no subsolo do Arrabalde e eu pergunto: será que também sabiam o que estaria no subsolo da Freiras, quando tentaram lá fazer o Parque? Pelo conhecimento que tenho de História, um Arrabalde fica fora de uma cidade e por essa razão seria menos provável haver vestígios arqueológicos ali do que dentro da cidade, como era o caso das Freiras. As perspectivas são iguais para qualquer ponto dentro da cidade. Temos o projecto pronto para a Lapa mas também não sabemos se não aparecerão ali vestígios arqueológicos, ao fazer as necessárias sondagens, ficaremos a saber.

Vão ser feitos mais dois parques de estacionamento – um no local onde era a feira e o outro ao lado da nova Ponte, onde já está a ser feito o respectivo aterro.

A questão da Feira e dos Feirantes colocada pela Senhora deputada é simples. Se o local onde agora está não é o mais adequado então o Partido Socialista deverá apresentar-nos um outro alternativo.

Os Feirantes que protestaram fizeram-no porque não lhes agradou o lugar, mas nenhum deles é de Chaves. De Chaves ninguém protestou. Demos prioridade aos Feirantes da terra e do concelho e distribuimos os restantes lugares pelos de fora, esperando que no próximo ano esteja concluído o espaço próprio e então serão instalados definitivamente no seu lugar.

- O Senhor deputado **Manuel dos Anjos Montalvão Machado** referiu a pureza das águas das nossas Termas, mas não faz ideia do trabalho e o investimento que é necessário fazer para as manter nesse estado de pureza. É interessante e exequível a Proposta que fez para uma visita guiada às Termas “Caldas de Chaves”
- A intervenção da Senhora deputada **Ana Margarida Vaz Chaves**, que eu saúdo, pela sua primeira intervenção nesta Assembleia, pautou-se pela qualidade e pela consulta da legislação em vigor. Mas eu peço-lhe que me apresente os relatórios das inspecções feitas às pontes do Concelho de Chaves, realizadas entre 1990 e 2001, quando o executivo camarário era do seu partido. Nesse espaço de 12 anos a periodicidade que referiu não foi cumprida, nem feito qualquer relatório. O único relatório existente sobre a Ponte de Vila Verde da Raia foi feito em 2003 e esteve



presente numa reunião da Autarquia. Nesse relatório o Senhor Eng. Mário Veloso, responsável da Firma que fez a inspecção, propôs uma intervenção que ainda não foi feita, mas foi lá colocada a placa limitando a 19 toneladas, sugerida no relatório. Tomo em boa conta a sua proposta e convido-a a participar em futuras inspecções que sejam feitas às pontes que mencionou.

- Agradeço as palavras de apreço dirigidas pelo Senhor deputado **Carlos Barreira Guerra** e desde já proponho ao Senhor Presidente da Mesa, que seja agendado para uma próxima sessão da Assembleia Municipal o ponto que sugeriu sobre “O Desenvolvimento Local” e os projectos do Concelho para o futuro Quadro Comunitário de Apoio.
- Registei a intervenção do Senhor deputado **José António Trindade Mendes** em que referiu a Mobilidade e Acessibilidades no Concelho. A Estrada do Seara era mais estreita e foi remodelada há uns anos atrás, na vigência do Executivo do seu partido e nessa altura ninguém pensou em passeios. Todos nos preocupamos com a segurança das pessoas, mas se fizermos os passeios ficamos sem espaço para estrada.
A Ciclovia é para nós uma obra necessária, nomeadamente o acesso ao Rebentão mas não podemos fazer tudo de uma vez.
- O Senhor deputado **Francisco Taveira** expressou a opinião da sua bancada, em que a Unidade Local de Saúde é a primeira opção e que a responsabilidade sobre a Saúde é do Governo.
- O Senhor deputado **Nelson Montalvão** referiu-se aos trinta anos do Poder Local. A Câmara Municipal em 2004, no dia do Município, distinguiu os Autarcas que serviram este Município, não só os vivos mas também os que já partiram, avançando já com essa homenagem que referiu. Hoje, aqui, quero agradecer o trabalho de todos, quer nesta Assembleia, quer na Câmara, nos últimos trinta anos. Todos contribuímos para desenvolvimento do nosso Concelho. É um contributo que nos cumpre, que é obrigatório sabermos continuar. É o que estamos a fazer, procurando aportar mais qualidade de vida às nossas populações.

Entrou-se no “**Período da Ordem do Dia**”

PONTO 1 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL;

SETEMBRO

Dia 29 - *Seminário em Chaves no âmbito do projecto PAGUS (Programa de Assistência e Gestão Urbana Sustentável) – INTERREG III C – cujo objectivo é a reconstituição virtual da Cintura Muralhada da Cidade nos fins do Século XVII. O desenvolvimento urbanístico de Chaves é a linha mestra do projecto.*

OUTUBRO

Dia 4 – *Congresso da ANMP.*



Dia 12 – *Apresentação dos estudos levados a efeito, até ao momento, no âmbito do PROT (Norte e TM). Professor Luís Ramos e Senhor Secretário de Estado do Ordenamento do Território.*

Dia 17 – *Reunião no MOPTC (Nó de Outeiro Seco);*
- Prémio de Qualidade para a melhor Unidade Termal 2005. As Termas de Chaves são distinguidas pela 3ª vez com este prémio nos últimos 4 anos.

Dia 23 - *Reunião com as Chefias: Novo Sistema de Avaliação.*

Dia 25 - *Aniversário da Escola Profissional. Importância desta Instituição no Contexto da Cidade, Concelho e Região.*

Dia 26 – *Encontro na ADRAT sobre o futuro imediato da CTC.*
- Conselho Municipal de Educação: Análise do início do ano lectivo.

Dia 30 – *Homologação da Carta Educativa do Município de Chaves;*
- Presença do Senhor Secretário de Estado na Abertura Oficial da Feira dos Santos.

NOVEMBRO

Dia 6 e 10 – *Reunião com Partidos da Oposição e entrega de Documentos.*

Dia 8 - *Propostas de Alterações na Chaves Parque.*

Dia 10 - *Encontro com o Senhor Director Regional do IRS (Instituto de Reinserção Social): Instalações na nossa cidade.*

Dia 14 - *Reunião do Conselho de Administração da AMTAD: Futuro da Associação.*

Dia 15 e 16 – *Deslocação a França – Aix-les-Bains: Projecto Europeu “Aque Thermae”;*
- Termas de Chaves – Herança Cultural (tema desenvolvido no Congresso Internacional).

Dia 17 – *Coimbra – ANMP (Conselho Geral);*
- Aveiro – IDAD (Instituto do Ambiente e Desenvolvimento) – Logística.

Dia 18 - *Vilarelho da Raia – Projecto “Raia Viva”.*

Dia 21 - *Eixo Atlântico – Comissão Executiva.*

Dia 23 - *Fundação do Fórum Ibérico de Cidades Muralhadas.*

Dia 24 - *Reunião na CCDRN sobre o INTERREG 2007/2013.*



INFORMAÇÃO RELATIVA À SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO A 24 de NOVEMBRO DE 2006.

1- Execução do Plano Plurianual de Investimentos:

2-Dotação Actual do PPI.....	35.799.643,59€
Dotação Cabimentada	32.344.749,51€
Taxa de Execução Física do PPI	90,35%

2 – Execução do Orçamento:

2.1 . Execução do Orçamento da Despesa:

Dotação Actual do Orçamento	56.415.561,67€
Dotação Cabimentada	51.958.223,27€
Grau de Execução do Orçamento da Despesa	92,10%

2.2 . Execução do Orçamento da Receita:

Dotação Actual do Orçamento.....	56.416.217,13€
Receita Liquidada	26.993.559,39€
Grau de Execução do Orçamento da Receita.....	47,85%

3 – Situação das Responsabilidade Financeiras Assumidas pela Autarquia:

3.1 . Responsabilidades Financeiras de Curto Prazo:

Data	Dívida de Curto Prazo
2005.12.31	9.947.882,99 €
2006.04.20	14.681.099,60 €
2005.06.26	14.946.378,01 €
2006.09.22	15.441.126,97 €
2006.11.24	15.675.620,23 €

3.2 . Responsabilidades Financeiras de M/L Prazo:

Data	Dívida de M/L Prazo
2005.12.31	16.274.707,51 €
2006.04.20	16.870.072,39 €
2005.06.26	17.018.649,73 €
2006.09.22	17.820.975,23 €
2006.11.24	17.682.492,47 €

Para discussão deste Ponto inscreveram-se os seguintes deputados:



RUI JORGE DA SILVA OLIVEIRA da CDU – perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se reuniu com os Feirantes, explicando-lhe que o local escolhido era provisório, porque o que se disse na altura é que os protestos foram feitos por feirantes de Chaves, de etnia cigana.

Relativamente ao Nó de Outeiro Seco gostava que a Informação fosse mais descritiva. É estranho que um Governo que até veio cá inaugurar a Plataforma Logística, o tenha feito sem a definição do financiamento deste Nó.

Em relação às Termas sugeriu que fossem postos a funcionar, os sanitários públicos para homens, uma vez que só estão abertos os de senhoras. Chamou ainda a atenção para o Parque Infantil, onde alguns divertimentos se encontram danificados.

Terminou lançando o desafio a esta Assembleia para que se fale aqui de “desenvolvimento Rural”, numa das suas próximas sessões, para saber o que vai acontecer às aldeias do Concelho com o encerramento das escolas, com a desertificação.

NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO do PSD – usou da palavra para referir que foi entendimento de todos os Grupos Municipais, já no mandato anterior, que a informação do Senhor Presidente da Câmara seria apresentada neste formato e quem quisesse colocaria directamente as questões que entendesse.

Referiu o prémio de qualidade para a melhor Unidade Termal de 2005 realçando o facto de ser já pela terceira vez que o nosso Município recebe este prémio, nos últimos quatro anos, atribuído às “Caldas de Chaves”. É um prémio dado pelo INATEL, com o apoio dos Ministérios da Economia, da Saúde, da Segurança Social e do Trabalho, que acima de tudo premeia a qualidade dos Serviços prestados.

Congratulamo-nos com a homologação da Carta Educativa do Concelho de Chaves, salientando que foi homologada tal qual foi presente nesta Assembleia Municipal.

Salientou que foi cumprido o Estatuto da Oposição nas reuniões dos dias 6 e 10 a propósito dos Documentos Previsionais para este Orçamento.

Perguntou ao Presidente da Câmara qual o futuro da Associação de Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro e o que ficou decidido na reunião havida.

Perguntou ainda, dado que ainda não existe nenhuma decisão concreta do Governo sobre o Hospital Distrital de Chaves, qual a estratégia a seguir, quer pelo Município de Chaves, quer pelos Municípios do Alto Tâmega, o que tem sido discutido nas reuniões havidas da Comissão de Defesa do HDC e em que situação se encontra todo este processo.

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – pediu esclarecimento sobre as alterações mencionadas, na Chaves Parque.

ANA PAULA FERNANDES DE JESUS MOURA do PS – usou da palavra para dizer que o que veio à Assembleia Municipal não foi a discussão da Carta Educativa, mas sim a Reorganização da Rede Escolar a curto e a médio prazo. Pediu esclarecimento sobre a homologação de uma Carta Educativa que não foi apresentada nem discutida neste Órgão.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu às questões que lhe foram colocadas pelos Senhores deputados.

- A Senhora deputada **Ana Paula Fernandes Moura** referiu a Carta Educativa. Este documento foi analisado pelo Ministério da Educação, pela Direcção Regional de Educação do Norte, pelo Centro de Área Educativa de Vila Real, pela Associação de Pais, pelo Conselho Municipal de Educação e foi homologada num acto público, com



a presença de trinta e oito Municípios. A Autarquia apresentou nesta Assembleia a Reorganização da Rede Escolar para o ano lectivo 2006/2007, já implementada e a Proposta para o período posterior a esse ano lectivo (2006/2007). Isso é o que consta da acta que a Senhora deputada mencionou. Porque a Carta Educativa, conforme nessa altura foi aqui explicada, era a Proposta que estava há um ano e meio na Direcção Geral de Educação do Norte. Na altura foi posta em questão a designação, que por lapso dizia “Proposta de Alteração da Carta Educativa”, quando deveria dizer “Proposta da Reorganização da Rede Escolar”.

A Proposta para o período posterior a 2006/2007 vai começar a ser implementada já este ano, nomeadamente no Agrupamento de Vidado, e noutras escolas do Agrupamento Nadir Afonso, continuando até à construção dos dois Centros Escolares, e ainda de um espaço para mais oito salas em Vidago, adjacente à actual escola, onde será instalado, com qualidade, o primeiro ciclo.

- O Senhor deputado **Manuel Cunha** referiu a Chaves Parque. As alterações mencionadas na Informação dizem respeito à minha saída da Presidência do Conselho de Administração e à entrada do Senhor Engenheiro Carlos França, representando a parte empresarial do Município na Chaves Parque. A Parque Investe, maior accionista, na próxima reunião da Assembleia Geral retoma a Presidência do Conselho de Administração.

- O Senhor Deputado **Nelson Montalvão** pediu esclarecimentos sobre a evolução do processo do Hospital Distrital de Chaves. Depois da última Assembleia Municipal não houve evolução do processo. Como atrás referi foi convocada uma reunião pelo Senhor Governador Civil e hoje mesmo o Município enviou, pelo correio aos órgãos competentes, a sua posição sobre a Proposta da Rede de Urgências, cuja audição pública termina amanhã.

Segundo informação da Comissão de Coordenação da Região Norte, até ao final do ano o Governo publicará nova legislação sobre Associações de Municípios, que irá levar a que os Municípios se associem por agrupamentos de NUT's III. Se assim for a AMTAD, que tem mais do que uma NUT III, deixará de ter sentido. Na reunião do Conselho de Administração foi proposto que em Janeiro ou Fevereiro se faça uma reunião inter-municipal para que os Municípios associados decidam o que fazer da AMTAD.

As regras do QREN dizem que as contratualizações serão por níveis de NUT's III, pelo que faz todo o sentido que o Governo leve os Municípios a Associarem-se dessa forma.

A AMTAD neste momento tem a responsabilidade da elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território para Trás-os-Montes e Alto Douro e até estar concluído a Associação vai existir, sobre a minha responsabilidade directa. Depois disso, como já disse, serão os Municípios a decidirem pela sua continuidade ou não. Há o Plano Nacional que já está aprovado, há o Plano Regional de Ordenamento do Território Norte que está a ser elaborado e dentro deste último há três Sub – Planos que são: O Minho, a Área Metropolitana do Porto e Trás-os-Montes e Alto Douro. Todos os Planos têm de ser feitos em coordenação – o Nacional, o Regional Norte e o Sub - Regional, prevendo-se a sua conclusão durante o ano de 2007. Em simultâneo temos de preparar o QREN que se prevê tenha financiamento só em 2008.

- O Senhor deputado **Rui Oliveira**, sugeriu como ponto de discussão o “o Desenvolvimento Rural”. Na minha opinião o Desenvolvimento Local já inclui o Desenvolvimento Rural. Não há Desenvolvimento Local sem Desenvolvimento Rural. A sua sugestão será tomada em conta.

O Parque Infantil das Termas é sucessivamente vandalizado e a Autarquia tem feito intervenções sucessivas que custam muito dinheiro. O mesmo acontece com os sanitários daquela zona, onde já foram substituídas portas, torneiras etc.



Na primeira reunião com os Feirantes cometemos o lapso de só reunir com os de Chaves e devíamos ter falado à parte com os do exterior, incluindo os de etnia cigana. Esclareço, que em Chaves não há Feirantes de etnia cigana, são todos de fora. Mas na Feira seguinte o Senhor Vereador António Cabeleira esteve toda a manhã na Feira a falar com eles, esclarecendo-os onde iriam ficar e ele aceitaram. Não houve qualquer discriminação e aceitaremos propostas deles, no sentido de resolver a situação dentro do espaço que está disponível, gerindo-o da melhor forma. Sobre o Nó de Outeiro Seco houve uma decisão do Governo anterior que garantia o seu financiamento. Entretanto o Governo entrou em gestão e o problema não se resolveu. Em 5 de Maio de 2005 o actual Secretário das Obras Públicas autorizou que se fizesse metade, ou seja a passagem superior, que já está a ser utilizada num terço da sua largura e que importou em 863 mil euros, metade do valor total da obra. O Governo insistiu em integrar a nossa Plataforma Logística na Rede Nacional de Plataformas Logísticas e fê-lo sem colocar em causa as acessibilidades. A questão da inexistência, ou não, de financiamento agora, é uma situação que não tem muito razão de ser e foi isso que fiz ver ao Chefe de Gabinete do Senhor Ministro no MOPTC, onde estive no dia 17 de Outubro passado.

Como é concessão, a Empresa disponibiliza-se para em mês e meio colocar o Nó de Outeiro Seco pronto.

A ligação do Bragado até ao Nó de Vila Pouca é aberta hoje à meia noite e nessa reunião com o Chefe de Gabinete do Senhor Ministro fiz-lhe saber que quando estiver feita toda a ligação - desde antes de Guimarães / Chaves - não há uma Estação de Serviço, onde um camião possa parar para descansar, cumprindo as regras comunitárias; para além disso há a vantagem de a Empresa que fez o lanço que liga Vila Verde da Raia à Estrada Nacional 103, ser a mesma que ganhou o concurso para fazer a ligação da A24 à A52, e ainda tem máquinas relativamente perto que lhe permitem fazer a obra.

Vamos começar a comercializar o Parque de Actividades, temos solicitações relativamente à Plataforma Logística e ao Mercado Abastecedor, faltando-nos essa acessibilidade. No meu entender, este assunto não deve ser tratado de uma forma política, mas sim do interesse do Município, devendo haver uma consensualidade absoluta para que a obra seja feita rapidamente.

DEPUTADO ANSELMO JOSÉ MARTINS do PS – pediu esclarecimento sobre a Carta Educativa. Disse que este documento começou a ser elaborado há cerca de três anos e que esta Assembleia solicitou que o projecto viesse aqui para ser discutido. Houve esse compromisso, mas a partir de determinada altura o Senhor Presidente da Câmara passou a consultar outros Órgão e não a Assembleia Municipal.

Na última vez que esteve aqui a Senhora Ministra da Educação, ficamos a saber que a Carta Educativa estava prestes a ser homologada pelo Ministério da Educação. Uma vez que já não vamos participar na sua elaboração, vai – nos dar conhecimento do seu conteúdo? Só tivemos conhecimento da Reorganização que a bancada do PS aceitou perfeitamente, mas Reorganização Escolar é uma coisa e Carta Educativa é outra. A Reorganização prevê o número de estabelecimentos de ensino a existirem no Concelho e a Carta Educativa prevê a qualidade desses mesmos estabelecimentos.

DEPUTADA ANA PAULA DE JESUS MOURA do PS – disse que quando foi pedido que fosse esclarecido o termo “Carta Educativa”, o Senhor Presidente informou esta Assembleia que a segunda parte – Reorganização a médio prazo – era apresentada pelo facto de se poder candidatar a verbas para a construção dos Centros Escolares,



“Iogo, parece-nos que não era isso a Carta Educativa. Não estamos aqui a por em causa os outros Órgãos e nem sequer está em causa se eu concordo ou não com a Carta Educativa, está em causa é que este é o Órgão máximo deste Concelho e deve ter conhecimento e uma palavra a dar sobre o assunto”.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu que a Carta Educativa foi distribuída, oportunamente, em CD no Centro Cultural, a quem a solicitou. Lembrome que a Senhora Dra. Maria José Grilo foi uma das pessoas que a pediu e lhe foi entregue. Se alguma dúvida existe sobre a Carta Educativa devem dirigir-se ao Ministério da Educação.

DEPUTADA PAULA CRISTINA BARROS TEIXEIRA DOS SANTOS do PS – disse que o Senhor Presidente da Câmara assumiu perante a Assembleia Municipal, que o documento oportunamente apresentado, era a Reorganização da Rede Escolar e não o documento “Carta Educativa”. A única questão que aqui se levanta é que é competência deste Órgão ratificar o documento “Carta Educativa” e isso nunca aconteceu. O Partido Socialista não está aqui para lhe levantar problemas, mas sim porque este documento, cuja ratificação é da competência desta Assembleia, pode ser o exemplo para outras situações e isso é o que o PS não quer.

“É preciso reconhecer que a Carta Educativa ultrapassou a Assembleia, e não queremos que se repita com a Carta Social ou com outros documentos que sejam competência deste Órgão e sobre os quais tem o direito de omitir uma opinião.

A alusão que o Senhor Presidente fez ao dizer que os Senhores deputados do Partido Socialista não lêem a documentação ou que a recebem e a sonegam, devo dizer que não tem que por em causa a honorabilidade do Grupo Municipal do Partido Socialista. Ocorreu efectivamente uma situação em que se disse que não tinham sido entregues certos documentos mas esse lapso foi de imediato reparado e assumido, não acontecendo a mesma coisa com outro lapso, que foi desmontado e que também colocava em questão a honorabilidade de pessoas, mas que foi ultrapassado”.

DEPUTADO MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – disse que neste caso concreto o Partido Socialista tem razão, porque, apesar de ter sido uma reivindicação da CDU, a “Carta Educativa”, com essa denominação, nunca foi discutida nem votada neste Órgão, o que, “no nosso entender, representa um ultrapassar das responsabilidades da Assembleia Municipal”.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** informou que o que na altura se colocou em questão foi a nomenclatura, e isso consta na acta da Assembleia.

A Senhora Ministra da Educação, quando da sua visita a Chave, disse que o documento seria homologado nos termos propostos.

Disse ainda: “nunca coloquei em questão a honorabilidade dos Senhores deputados do Partido Socialista ou de qualquer outro Partido”.

O **SENHOR PRESIDENTE DA MESA** deu conhecimento da entrada na Mesa de uma “Moção “ subscrita pelo Grupo Municipal do PSD, sobre a Reorganização da Rede de Saúde no Concelho, que leu e se transcreve, com o texto final:

“Moção

Estando em discussão pública a «Rede de Urgência Hospitalar», a Assembleia Municipal de Chaves, reunida em 29 de Novembro de 2006, manifesta acordo sobre a qualificação como Urgência Médico - Cirúrgica, em Chaves.

Vem esta Assembleia Municipal manifestar a posição de que a classificação como Médico – Cirúrgica da Unidade de Chaves deve ser tida como definitiva,



independentemente de qualquer condicionalismo, nomeadamente a conclusão das Acessibilidades”.

Foi aceite a entrada desta “Moção” e para a sua discussão usaram da palavra os seguintes deputados:

DEPUTADA PAULA CRISTINA BARROS TEIXEIRA DOS SANTOS do PS – disse que esta Proposta sobre a forma de “Moção” apresentada pelo Senhor deputado Francisco Taveira, não é mais do que a passagem a escrito de uma Proposta oral que foi feita pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Perante isso, o seu Grupo Parlamentar propôs que a Proposta final seja da Assembleia e não de qualquer partido e seja assim apresentada e votada.

DEPUTADO MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – usou da palavra para dizer que a sua bancada vai subscrever esta “Moção”. Em relação ao Serviço de Urgência o que está no espírito e na concepção da Comissão Técnica para a sua reestruturação, não é que a situação seja para rever quando a auto-estrada estiver pronta, mas sim que a Urgência do HDC será despromovida quando a auto-estrada estiver pronta.

Chamou a atenção para o facto de se isolar a Urgência do resto das questões, porque no dia em que encerrar a Maternidade, a Urgência Médico – Cirúrgica fecha, pelo menos de noite, e no fim-de-semana.

“O Governo com esta estratégia de espartilhar a discussão sobre a Saúde – a Maternidade, a Integração do Hospital, o Serviço de Urgência – e a não discussão global dos assuntos, permite-lhe «levar a água ao seu moinho». O que está em causa é muito mais amplo do que isto e parte a parte o Ministério da Saúde vai dismantelar o HDC e um dia darão a razão à CDU sobre esta matéria”.

Posta à votação a “Moção” foi aprovada por unanimidade.

PONTO 2 - DEFINIÇÃO DAS TAXAS DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS REFERENTE A PRÉDIOS URBANOS A VIGORAR NO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2007. PROPOSTA Nº. 93/GAP/06;

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** disse que a legislação em vigor define os limites para aplicação das taxas do IMI. Em Junho de 2005 o Município fixou as taxas de 0,8% para os prédios rústicos, de 0,75% para os urbanos e 0,35% para prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI.

A Proposta em análise estabelece a possibilidade dos seguintes benefícios para a recuperação de edifícios no Centro Histórico: edifícios recuperados há três anos ou menos, beneficiaram de uma redução de 30%; edifícios recuperados há 6 anos ou menos, beneficiaram de uma redução de 20%; edifícios recuperados há 8 anos ou menos, beneficiaram de uma redução de 10%, estabelecendo ainda uma majoração de 30% para os edifícios que apresentem estado de degradação e que os proprietários não os reparem.

O Município propõe para o ano de 2007, as mesmas taxas que propôs para o ano de 2006, ou seja 0,8% para os prédios rústicos (vai reverter para as Juntas de Freguesia em termos da nova Lei das Finanças Locais), 0,75% para os prédios avaliados antes do CIMI e 0,35%, para os prédios avaliados segundo o novo código.

A justificação para o Partido Socialista ter apresentado, na Câmara, uma Proposta que baixava para 0,70% nos prédios urbanos e 0,30% nos prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, não tem fundamento porque a receita arrecadada em 2005 incidiu sobre uma taxa de 0,5% e só poderemos saber o resultado da aplicação da



taxa de 0,35% na prestação de contas de 2006, uma vez que ainda falta arrecadar a receita relativa aos meses de Novembro e Dezembro deste ano.

Entendemos que as taxas propostas são equilibradas e por isso devemos mantê-las. A média aplicada no País é de 0,4%; Municípios vizinhos aplicam a taxa máxima e Chaves aplica a taxa intermédia de 0,35%, numa tabela que vai de 0,2% a 0,5%.

Recordo que em Junho de 2005 quando foram discutidas as taxas nesta Assembleia, foi também discutida e apreciada uma proposta de novo zonamento e novos índices de localização. Das avaliações resultou um valor de 600 euros igual para todo o País e os índices de localização, conforme os zonamentos. O Município de Chaves tinha nove zonamentos e índices que iam de 0,3% a 1,2%. Essa Proposta reduziu de nove para cinco zonamentos e os índices de localização baixaram o tecto máximo para 1%.

Em 2007 será analisada e aprovada nova proposta de zonamento do Município de Chaves, e com isso as avaliações, que causaram alguma celeuma sobretudo aos que foram avaliados para mais (ninguém se queixou se foi avaliado em menos), mas essa situação vai terminar porque a nova avaliação, segundo o novo zonamento e os novos índices, vai resultar em avaliações mais próximas do que é a realidade e vai beneficiar os cidadãos, o que significa que a crescer à manutenção da nova taxa de 0,35% para 2007, haverá a possibilidade de redução nas avaliações e em consequência no imposto a pagar pelos municípios.

Este é o único imposto que conta para a capacidade de endividamento e o Município de Chaves, tem uma arrecadação média dos últimos 24 meses, que está expressa no Orçamento da Receita que os Senhores deputados têm em seu poder.

DEPUTADO MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – disse que para se decidir com consciência seria necessário terem uma ideia real da arrecadação, em termos de receita de imposto municipal sobre imóveis dos últimos anos. À carga fiscal que o Governo imputou aos contribuintes, com o aumento de impostos directos e indirectos, tem-se somado nos últimos anos a verbas arrecadadas pelo Imposto Municipal.

“Seria necessário ter uma ideia das previsões a saber: 1 – Em que percentagem tem subido a recolha deste imposto em cada ano. 2 – Qual é a carga real para a contribuição do imposto total, das taxas dos 0,8% dos prédios rústicos, da taxa de 0,75% ou da de 0,35%, para podermos saber, caso seja possível, onde será mais correcto fazer o alívio fiscal, uma vez que há um aumento de cobrança”.

DEPUTADO JOÃO MIRANDA RUA do PSD – disse que o que inicialmente se especulou como sendo o aumento do financiamento às autarquias locais, com a implementação do IMI e IMT, verifica-se que este procedimento associa uma maior justiça e transparência na aplicação destes impostos. 1 – Permite ao poder autárquico local definir o valor das taxas a aplicar para os respectivos concelhos e alterá-lo sempre que surjam factores determinantes para a economia local, pese, embora, as limitações impostas pela Lei. 2 – Os valores apresentados nesta Proposta reflectem já uma dedicada atenção do Município, pois passou-se de 0,5% em 2005 para 0,35% em 2006, o que consideramos aceitável para os prédios avaliados nos termos do código do IMI.

Quanto aos prédios urbanos anteriores e, conseqüentemente não reavaliados, a taxa de 0,75% é perfeitamente aceitável.

As majorações propostas com redução da taxa em 30% e 20% para os prédios recuperados em três anos ou menos e seis anos, ou menos, respectivamente, demonstram a preocupação do Município para a necessidade de intervenção e recuperação dos muitos imóveis degradados existentes em Chaves.



É urgente a revisão dos índices de localização e respectivo zonamento, verificando-se enormes desajustamentos que podem ter consequências no desenvolvimento urbano do Concelho, se não se efectuar, em tempo oportuno, uma revisão consentânea com os Planos de Desenvolvimento Urbano e respectivo PDM.

Sabemos da importância desta receitas para a gestão da autarquia, particularmente para 2007, dado que se está no fim de um Quadro Comunitário de Apoio e o hiato que se vai atravessar, até à implementação do próximo QREN, não permitirá lançar novos investimentos, mas a revisão dos índices de localização e respectivo zonamento, carecem de urgente revisão, porque estes sim, contribuirão para alterar os valores de incidência da taxa de 0,35%.

DEPUTADO JÚLIO ELISEU DOS ANJOS ALVES do PS – disse que esta sua intervenção vai analisar três pontos a saber: 1- a taxa proposta para os imóveis ainda não avaliados pelo CIMI; 2 – a taxa a aplicar aos imóveis já avaliados no âmbito do novo código; 3 – análise e comentários quanto aos coeficientes de localização em vigor no Município de Chaves e pedido de esclarecimentos.

Relativamente aos prédios rústicos, no seu entender não há margem para negociação porque 0,8% é o que o Código determina.

O Partido Socialista tem consciência da importância financeira que a taxa do IMI representa para a autarquia, já que é o maior imposto directo, em volume de dinheiro. Entendemos que a análise `a proposta de taxas a vigorar para o ano de 2007, não se esgota no valor a aprovar por esta Assembleia, porque se assim fosse, estaríamos a ter uma visão redutora sobre a tributação do património. Entendemos que o valor patrimonial tributário é determinante no impacto social que a taxa em discussão, terá nas famílias.

Dizer que uma taxa é alta ou baixa, olhando apenas para a sua localização, face à amplitude que a lei dá para a sua definição, ou dizer que antes a taxa estava a 0,9% e que agora está a 0,75% é, em nosso entender, um argumento de retórica, mas que foge totalmente à verdade dos factos.

O antigo Código da Contribuição Autárquica dizia que a taxa de contribuição a incidir sobre os prédios urbanos podia variar entre 0,7% e 1,3%. Com a aprovação do novo Código de IMI, em Novembro de 2003, esses limites de variação da taxa passaram apenas a poder ser definidos entre 0,4% e 0,8%. Após a entrada do novo Código do IMI, em Chaves, passámos de uma taxa de 0,9% em 2003, para 0,8% em 2004, o que não significa que a autarquia tenha perdido receita.

Colocando como exemplo um apartamento T4 localizado na Praça do Brasil, com uma área de 135m² e uma garagem com 30m², com o valor patrimonial tributário de 32.000,00€, pagava em 2003, 288,00€ de contribuição autárquica. Em 2004, já com o novo código do IMI em vigor, a taxa a aplicar passa de 0,9% para 0,8% e o valor patrimonial tributário passa de 32.000,00€ para 44.000,00€, dado que o Ministério das Finanças fez uma actualização geral do valor das matrizes. Assim em 2003, o apartamento referenciado pagava 288,00€, com a taxa de 0,9% e em 2004, com a taxa de 0,8%, passou a pagar 352,00€. Desde 2004 até 2006, esse valor foi novamente actualizado com o coeficiente de 1,02%, o que implicou nova avaliação tributária do imóvel.

Em nosso entender, com a aprovação de uma taxa de 0,65% poderia promover-se uma redução da carga fiscal dos munícipes, mas como não queremos penalizar as receitas da Autarquia, entendemos que 0,7% seria a taxa justa para ambas as partes - autarquia e contribuintes. Foi esta a proposta apresentada na Câmara pelos Senhores Vereadores do Partido Socialista que foi rejeitada.



O novo Código trouxe novas regras de avaliação, fazendo-se agora com dados objectivos – área, idade do imóvel, coeficiente de localização, condições de qualidade e conforto e condições de exposição, entre outras.

A Proposta que nos é apresentada de 0,35%, se atendermos apenas ao valor da taxa, até pode parecer uma proposta equilibrada mas, exemplificando, vamos considerar que o apartamento já citado foi vendido e perante o novo Código implica uma nova reavaliação (sempre que há uma transmissão do imóvel, isso implica uma reavaliação); tínhamos então um apartamento que em 2006, antes de ser vendido, estava avaliado em 44.500,00€, já com a desvalorização de 1.02% de coeficiente, pagando 333,00€ de IMI, a uma taxa de 0,75%. Depois de reavaliado passou para um valor de 103.000,00€, com a incidência de uma taxa de 0,35%, o que resultará num valor a pagar, em 2007, de 360,00€ de IMI. Se a isto juntarmos o valor do IMT a factura a pagar pelos flavienses torna-se bastante pesada.

Somos de opinião que a proposta de 0,30% apresentada pelos Vereadores do PS na Câmara era uma proposta que dava justiça fiscal aos impostos sobre o património.

Os coeficientes de localização são determinantes para a apreciação de valor patrimonial tributável, sobre o qual irá incidir a taxa. Como exemplo temos uma habitação de 215m² com uma garagem do 55m², implantada num lote de 1500m²; que distribuiremos por várias freguesias do Concelho. Se formos para o lugar de Adães, da Freguesia de Santa Leocádia este imóvel é avaliado em 63.690,00€, X 0,35% dando um valor de 222,912€ a pagar por ano; vamos para o lugar da Póvoa e a referida casa fica avaliada com o mesmo valor; passamos para Selhariz onde a mesma casa fica avaliada em 71.650,00€ X 0,35% dá um valor de 250,77€; em Vila Verde de Oura a mesma casa fica avaliada 87.570,00€, o que dá um valor a pagar de IMI de 306,49€; em Vidago essa mesma casa fica avaliada em 143.280,00€ o que totaliza 501,00€ de imposto; em Vilela do Tâmega essa casa seria avaliada em 87.570,00€ pagando 306,00€ de IMI; em Bóbeda essa casa é avaliada em 111.00,00€, passando a pagar 390,00€; em Samaiões na Av. D. João I, essa casa fica avaliada em 111.450,00€ com 390,00€ de imposto; na Madalena passa para 159.000,00€, com uma taxa de 557,00€; na zona mais cara da cidade essa mesma casa seria avaliada em 191.000,00€, com um imposto 668,00€.

Perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se foram feitas simulações sobre o impacto social e económico que esta Proposta de taxas terá na vida dos flavienses, se a Proposta de alteração foi aprovada pela Direcção Geral de Contribuição e Impostos e se já está em vigor.

Houve munícipes cujas casas foram avaliadas com os coeficientes anteriores, e estão a ser prejudicados, face a esta nova proposta, porque os valores reduziram e pergunto o que é que a Câmara pensa a esse respeito.

Relativamente à parte da Proposta em que se estabelece uma majorações para os prédios recuperados, o seu parido é totalmente a favor, no restante vão votar contra.

DEPUTADO JOÃO MIRANDA RUA do PSD – usou novamente da palavra para dizer que desde a publicação da Lei em 2003, até às consequências que tem vindo a ter a aplicação deste processo, não se limitaram a fazer o trabalho de casa, mas têm-no acompanhado com várias intervenções junto da Câmara Municipal, sensibilizando-a para a revisão de todos estes procedimentos.

Para além dos exemplos que o Senhor deputado citou há muitos outros; um dos que citou foi a Av. D. João I mas essa zona é das mais nobres de Chaves e não pode ser avaliada pelo mesmo processo. A situação começou a tornar-se mais gravosa, sobretudo para os empreendedores, sobretudo com a aplicação do pagamento do imposto.



Como disse na primeira intervenção em reunião com o Senhor Presidente da Câmara ficou o compromisso de revisão deste processo porque todos entendemos que só quando estes procedimentos nos tocam na pele é que reagimos.

O zonamento associado aos índices de localização é que vai influenciar todo o processo. Há um exemplo muito simples – na Rua de Santo António que é um ponto dois, e na Rua das Longras que poderá ser zero, ponto oito, o preço do metro quadrado é de 720,00€ na primeira e de 480,00€ na segunda. Estas situações têm de ser resolvidas e este procedimento é que vai influenciar, depois, a taxa de 0,35% que se calhar até poderá ser mais elevada, mas cujo resultado em pagamento será inferior ao aumento dos 0,35%.

DEPUTADO RUI DA SILVA OLIVEIRA da CDU – perguntou se a isenção dos dez anos, que muitos jovens usufruíram passou para seis ou se se mantém nos dez anos. Disse que lhe parece caricata a posição da bancada do Partido Socialista ao solicitar à Câmara que diminua as taxas, quando o Governo do PS estrangula o poder financeiro das autarquias.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA – respondeu às questões que lhe foram colocadas pela ordem de intervenção.

- O Senhor deputado **Manuel Justino Matos Cunha** falou na previsão da arrecadação do Imposto. Nos documentos do Orçamento para 2007, está esclarecido qual a previsão do valor da receita a arrecadar relativamente IMI, que ronda um milhão e seiscentos mil euros.

No Município há três tipos de impostos directos – O Imposto Municipal sobre Imóveis, o Imposto sobre Veículos e o Imposto sobre Transmissões e Doações e não podemos fazer as contas da arrecadação do valor do IMI, somando todos os demais.

No meu entender o IMI é um Imposto justo, porque só paga quem tem imóveis. Quem nada tem nada paga. A contestação que se verifica não é de quem compra mas sim dos promotores imobiliários que enquanto não vendem têm de pagar, o que não acontecia antes da saída do novo Código. Quem compra sabe as regras

- O Senhor deputado **Rui Jorge Oliveira** perguntou sobre a isenção. Quem comprou casa com a isenção de dez anos é assim até ao final, não há qualquer mudança. Quem compra agora, com a nova avaliação a isenção é de seis anos se a casa custar até 150 mil euros, até três anos se a casa custar entre de 150 mil e 225 mil e não tem qualquer isenção se a casa custar mais de 225 mil euros. O problema coloca-se na quantidade de casas que estão feitas e não vendidas e os seus proprietários têm de pagar o imposto.
- O Senhor deputado **João Miranda Rua**, que representa uma área empresarial importante, referiu com agrado a questão das majorações sobre reconstruções de casas degradadas. Esse benefício foi introduzido por este executivo, porque antes não existia e foi com o objectivo de recuperar, sobretudo, o Centro Histórico.
- O Senhor deputado **Júlio Alves** disse que era uma questão de retórica falar em 0,9% ou 0,75%, o que não é verdade, porque se o Senhor multiplicar esses dois números por cem dão-lhe no final valores diferentes. Aqui não há retóricas porque taxas são números.

A Câmara Municipal tem a responsabilidade de propor as taxas a aplicar e esta Assembleia tem a responsabilidade de as aprovar ou não. A avaliação resulta da Lei geral que impõe um valor por metro quadrado igual para todo o País e a Direcção Geral do Tesouro e a Direcção Geral das Contribuições e Impostos são as entidades que aprovam os zonamentos nas diversas localidades bem como os respectivos índices de localização e, em função desses parâmetros, é que as



autarquias fixam as respectivas taxas. A Câmara determina a taxa, mas a avaliação é feita pelas finanças, através de mecanismos próprios.

Perante a comparação de índices que o Senhor deputado fez, todos sabemos que são diferentes para as diversas localidades, mas se formos para Vila Real a taxa máxima já é de um 1.3% (em Chaves é 1.2%) e se passarmos para o Porto é 1.4%, mas no centro de Ílhavo aplicam o máximo – 3%; se continuar pelo País vai verificar que a distribuição dos índices varia completamente de um local para outro. O índice no País vai de 0,3% a 3%. Em Chaves vai de 0,3% a 1.2%.

Relativamente a Ílhavo foi publicado no Dário da República uma rectificação porque a Câmara pediu que passasse de 0,3% para 1.7%, enquanto Chaves pediu a rectificação Geral do Município, passando de nove zonas para cinco e o tecto do índice de 1.2% para 1%. Sabemos que o nosso pedido será aceite e consequentemente durante o ano de 2007 será rectificada a situação. Mas também pode haver reavaliações, isto é: pessoas que estavam isentas e que com base no novo zonamento e no novo índice, podem pedir a reavaliação dos seus imóveis e passar a pagar taxas diferentes.

As casas que eram avaliadas antes do CIMI (antes de 2004), só são reavaliadas se forem vendidas.

A Proposta que o Município de Chaves apresentou para 2007 e que será aceite pela Direcção Geral das Contribuições e Impostos já baixa de 1.2% para 1%, e se a avaliação é menor, com a mesma taxa paga-se menos. Associando as duas situações - a manutenção da taxa, com a baixa do índice - esta Proposta é justa.

Não ponho em causa nem a legitimidade, nem o estudo feito em relação à Proposta que o Partido Socialista apresentou. O que eu respondi aos Senhores Vereadores na Câmara foi que o pressuposto que apresentaram não é correcto ao referirem o valor arrecadado em 2005, porque nesse ano foi aplicada a taxa de 0,5% e agora propõe-se a taxa de 0,35%.

Entendo que sendo um imposto justo é também justo que seja mantida a mesma taxa, uma vez que vamos alterar os índices de localização e consequentemente as respectivas avaliações. A prestação de Contas de 2006 é que efectivamente vai dizer o que foi arrecadado neste ano de IMI. Se, em Abril de 2007, já estiver em vigor o novo zonamento e o novo índice, podemos pensar numa reavaliação da taxa para 2008, que possa ir de encontro ao proposto pelo PS. Também não nos podem pedir que baixemos as receitas e depois vir exigir que façamos obras.

O que está no Orçamento, por virtude de uma imposição legal, é uma previsão de receita que tem de ser feita pela média dos últimos vinte e quatro meses e a média desse período é de cerca 1.500 mil euros. A previsão para 2007 é de cerca de 1.600 mil euros.

Terminou pedindo a aprovação desta Proposta.

DEPUTADO JÚLIO ELISEU DOS ANJOS ALVES do PS – disse que o Município de Chaves tem 35 mil imóveis registados nas Finanças e quem está a pagar a factura, perante este novo método de avaliação, é o pessoal que compra as suas casas agora. Quem tem dinheiro é bom que pague, mas o problema está em quem vai comprar a primeira casa para poder ter uma vida própria.

“Relativamente à questão da responsabilidade do zonamento já fiz uma série de perguntas ao Senhor Presidente da Câmara, nos jornais e aqui e sobre as quais ainda não obtive resposta. É certo que os índices de localização são da responsabilidade da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, mas a Autarquia tem muita responsabilidade neste processo de fixação dos coeficientes. A lei foi aprovada, foi constituída a Comissão Nacional de Avaliação de Prédios Urbanos (CNAPU) e foram designados peritos. O perito nomeado para a Repartição de



Finanças de Chaves fez uma proposta de zonamento que enviou para a CNAPU, que por sua vez a remeteu para a Câmara Municipal em Março de 2004. Nessa altura a Câmara podia ter pedido a alteração dos pressupostos dos índices de localização, mas não o fez., o que significa que concordou. Perante isso estamos a pagar valores em que a Autarquia tem responsabilidades.

Entretanto em Agosto de 2004 foi publicada a Portaria 922, posteriormente rectificada, que aprovou os coeficientes de localização – mínimo 0,35% e máximo 1,2%, para Chaves - e não podemos comparar a zona mais cara de Chaves, com a zona mais cara do Porto.

Em Ílhavo, em 2004, o coeficiente máximo não era de 3% como o Senhor Presidente disse, mas sim de 2,10%.

Para 2007, o que foi previsto e alterado já saiu, através da Portaria 1022/06, de 20 de Setembro (nº. 2 do art.62º. do CIMI) e não trás nada sobre o Concelho de Chaves. Só haverá nova alteração em Março de 2008”.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** esclareceu que, quer o pedido de Ílhavo, quer o de Chaves, foram para a Direcção Geral de Contribuições e Impostos. Mas o que Ílhavo pediu e consta da Portaria referida pelo Senhor deputado é uma rectificação do índice; A Câmara de Chaves propôs uma alteração completa de todo o Município, passando de nove para cinco zonas e o índice de localização de 1,2% para 1%, o que é totalmente diferente. Nós pedidos para todos e dessa forma não é contemplado apenas o munícipe A ou o B, são todos, como o Senhor preconiza. O Senhor Director Geral de Contribuições Impostos, acredito, dará, certamente, despacho favorável ao nosso pedido.

Em 2004 foi publicado o zonamento para Chaves, feito por um perito, e é rectificado passados três anos, o que no nosso caso será agora em 2007. É proposto um zonamento para Chaves, mas segundo a perspectiva do Senhor deputado, antes de saber o que define concretamente, já é contra, o que não é correcto. Só mediante a proposta do perito é que a Câmara analisa o seu resultado e em função disso toma a sua posição.

Terminou informando o Senhor deputado Júlio Eliseu que as respostas que tiver a dar, não as dá para os jornais, mas sim aqui neste Fórum.

DEPUTADO JÚLIO ELISEU DOS ANJOS ALVES do PS - leu a Portaria 1022/06, de 20 de Setembro, na parte respectiva, que aprova as alterações ao zonamento, constantes do anexo um, pedidas para 2007.

Posta à votação a Proposta foi aprovada com 51 votos a favor, 23 votos contra e 6 abstenções. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 3 - DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2007. PROPOSTA N.º 94/GAP/06;

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** fez a apresentação da Proposta, dizendo que os Documentos Previsionais para o ano financeiro de 2007 estão contextualizados no âmbito nacional e regional e estão enquadrados, quer nos resultados dos anos anteriores, quer nas perspectivas de curto e médio prazos. A credibilidade de qualquer destes documentos não se mede pelas previsões, mas sim pelas execuções, porque em política muito mais do que as intenções contam os resultados. Estes documentos têm três características a saber:

1. *Rigor e Transparência.* - O rigor está na previsão das Receitas, de acordo com a Lei, com a regra dos últimos 24 meses e o que lá está não é nada irrealizável como o



Partido Socialista quer fazer passar; o rigor é também notável nas Despesas, porque como os Senhores deputados podem verificar, as Despesas Correntes diminuem relativamente às Receitas Correntes. A Receita Corrente do Município cresce 14,7% para 2007, enquanto a Despesa Corrente apenas cresce 0,7%, menos do que aquilo que vamos pagar de aumento de vencimentos. Há efectivamente diminuição nas Despesas Correntes com este Orçamento.

A transparência verifica-se na inscrição de toda a dívida da Autarquia nos Documentos em análise e quando o PS põe em causa a inscrição da dívida até parece que já não se lembram quando o Executivo era Socialista e vinha a esta tribuna defender o empolamento dos Orçamentos exactamente da mesma forma. Neste Orçamento está, efectivamente, expressa toda a dívida da Autarquia.

2. *Desenvolvimento.* - A poupança corrente que se verifica, de cerca de 3 milhões de euros é a transferência de Receita Corrente para investimentos que vai aumentar o desenvolvimento do Concelho. Pela 1ª vez as Funções Sociais atingem mais de 50% do total. Ao realçar as Funções Sociais estamos a sustentar o Desenvolvimento, humano; quando em seguida privilegiamos as Funções Económicas estamos a solidificar o crescimento e quando reduzimos as Funções Gerais estamos a cumprir as normativas nacionais de baixar o défice das Contas Públicas.

3. *Prioridades* – É um Orçamento com prioridades claras, que privilegia em primeiro lugar, o término das obras do Programa Polis, com uma fatia de cinco milhões e oitocentos mil de euros e em segundo lugar a conclusão das obras que estão em execução.

É efectivamente um Orçamento com rigor e transparência, desenvolvimento e crescimento para o nosso Concelho, com prioridades definidas e com rumo. O PS em vez de evoluir, regride. Muda as pessoas, mas a política é rigorosamente a mesma; começam a desenhar-se no Partido Socialista local umas “Primárias”, a ver quem mais se opõe, quem mais sobressai na linha de partida para os desafios que se aproximam e preocupados com isso não lêem como deve ser os documentos. Chegam a colocar em causa as obras do Orçamento para 2008 e 2009, como se o Quadro Complementar de Apoio que termina em 2006, pela regra europeia do N+ 2 não vá com obras até 2008, mas vai. O QREN que começa em 2007, como todos sabemos não tem dinheiro em 2007, só terá em 2008 e então os Senhores deputados acham estranho que as maiores dotações constem para 2008/2009?

O Partido Socialista pede mais obras - 90% das que mencionou estão inscritas - e ao mesmo tempo quer que baixemos as receitas que é para não as podermos fazer. Vamos ser coerentes com as situações porque é aquilo que o Governo nos pede e que reconhece que acontece no Município de Chaves.

Quando os Senhores Vereadores do PS dizem na Câmara, que só há 2% de obras novas, no PPI, não é verdade. Um Orçamento com 23 milhões de euros dos quais 5.800.000 são para o Programa Polis, não dá esse valor; dizem também que as restantes verbas inscritas são para conclusão de obras; então querem que a Câmara não conclua as obras em curso? Falam também na inexistência de investimento reprodutivo; nós queremos é investimento produtivo e é isso que está plasmado no Orçamento. O PS chega ao ponto de dizer que o PSD prometeu o Matadouro para este mandato e isso é mentira. Quem o prometeu para este mandato foi efectivamente o PS. O PSD prometeu-o no primeiro mandato. Neste segundo mandato assumi claramente que era um projecto que ia deixar cair, primeiro porque havia um matadouro regional em Barroso e segundo porque é uma obra que dá prejuízo. Pedem a Revitalização do Jardim Público, quando a obra já este entregue ao empreiteiro,

Sobre a Receita - só o valor do terreno sobranete que compramos à Cooperativa Agrícola de Chaves e os lotes da Zona Industrial que estão à venda, é superior à



Receita orçamentada, logo daí, ser perfeitamente possível realizar essa Receita, mas qualquer Orçamento tem previsões e tal como disse anteriormente o que importa são as realizações e os resultados.

Na questão da Habitação Social, o documento emanado do INH, dá um valor atribuído às habitações, muito superior ao orçamentado; não pomos a hipótese de vender o património todo, nem o vamos fazer, mas o seu valor é superior, e é uma justificação clara para o valor inscrito. Quanto aos edifícios, nomeadamente aquele que inicialmente era destinado a Centro de Estudos Judaicos foi posto à venda e teve comprador, o que significa o rigor dos inúmeros.

Quando o Partido Socialista se arroga de tanto rigor e tanta verdade e diz na sua declaração de Voto o seguinte:” As remunerações com pessoal equivalem a 8.274.000 euros”, não é verdade. Se analisarem correctamente os documentos verificam que esse valor é o total das despesas com pessoal: não só vencimentos, mas Segurança Social, ADSE e Outras Prestações. E se tirarmos a dívida para fora do Orçamento, ficam 35 milhões de euros; as despesas com o pessoal, equivalem a 23% do total e pergunto qual a empresa com as dimensões que tem a Câmara de Chaves que gasta só 23 % com o pessoal. São gastos perfeitamente equilibrados.

Terminou dizendo uma vez mais que o Plano e Orçamento para 2007 são documentos elaborados com rigor e transparência, que promovem o desenvolvimento e crescimento do nosso Concelho, com prioridades claras, vão permitir continuar o investimento ímpar que se tem realizado no Município nos últimos anos e vamos conseguir colocá-lo, com a ajuda de todos, numa nova era que as novas acessibilidades nos trazem, razão porque investimos na Educação, na Cultura, em áreas que promovem a qualificação das pessoas, uma melhor qualidade de vida e o desafio nacional de fazer cada vez mais e melhor, com menos recursos

Para discussão deste ponto usaram da palavra os seguintes deputados:

HIGINO DOMINGOS FERREIRA DA SILVA do PSD – Reitera as palavras do Senhor Presidente da Câmara sobre esta Proposta. Ao fazer a leitura dos Documentos Previsionais para 2007 é visível o rigor que houve na sua elaboração, onde não se verificam obras virtuais. Entende-se, com grande simplicidade a preocupação do Executivo de pagar a dívida aos seus credores. Verificam-se muitas obras feitas e outras em vias de conclusão, que se encontram com dotação para o seu pagamento. Se outras razões não houvessem, estas seriam o suficiente para este Executivo merecer o reconhecimento do povo Flaviense.

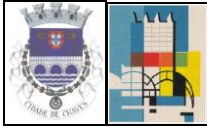
Todos sabemos que atravessamos uma época muito difícil em termos económico/financeiros, mas este Orçamento, com uma dotação de cerca de 50 milhões de euros, “passa-lhe à margem”. Parabéns Senhor Presidente.

DEPUTADO FERNANDO ALVES DE CARVALHO do PS – iniciou a sua intervenção pedindo uma explicação pelo facto dos Documentos Previsionais serem apresentados no mês de Novembro em vez de Dezembro como é habitual.

Estamos na presença de um Orçamento que, desde que este Executivo Municipal exerce o poder, é mais reduzido do que em exercícios anteriores.

“Reportando-me ao Orçamento para 2006 constata-se, em termos comparativos que as verbas orçadas para o ano económico de 2007 são inferiores.

Para 2006 foram orçados os seguintes valores: Receitas Correntes – 19.121.717,51€; Receitas de Capital – 35.813.427,25€; Para 2007 – Receitas Correntes 21.964.717,51€, Receitas de Capital -27.851.762,40€. Perante estes dados verifica-se que as Receitas Correntes crescem 2.843.189,00€, o que corresponde a um acréscimo de cerca de 15%. Nas Receitas de Capital é onde se constata maior



discrepância, pois nota-se uma redução de 7.961.655,00€, diferença para menos, na ordem dos 28,6%.

Perante esta situação e porque no preâmbulo de apresentação dos Documentos em análise não se detecta qualquer nota justificativa, pretendemos ser esclarecidos das causas que originaram estas significativas diferenças, essencialmente no que respeita às Receitas de Capital o que, em nosso entender, em nada contribuem para o almejado e necessário progresso e desenvolvimento do nosso Concelho”.

DEPUTADO MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – disse que este Orçamento reflecte o que se está a passar com as famílias Portuguesas. A crise vai-se arrastando, o endividamento vai chegando ao possível, as restrições da Lei das Fianças Locais vão apertando o financiamento da Autarquia e “nesse sentido e sintome de certa maneira solidário com a Autarquia, que aposta num quadro de um estrangulamento de receitas que é inequívoco e inatacável.

O Professor Cavaco Silva, quando foi Primeiro - Ministro fazia questão de ser o bom aluno de Bruxelas e o nosso Presidente da Câmara faz questão de ser o bom aluno do Governo e o Partido Socialista devia-lhe agradecer; é mais socrático que a maior parte dos deputados do Partido Socialista e isso é o que os embaraça realmente.

O Grupo Municipal da CDU tem limitações para poder fazer uma análise aprofundada do Orçamento, no entanto e sem entrar em questões técnicas, retrocedendo a 2002, quando o Senhor Presidente da Câmara dizia que Chaves iria ser a nova centralidade de Trás-os-Montes, cada vez mais vemos que a diferença entre Chaves e Vila Real é abismal. Entendo que a principal responsabilidade dessa diferença, nem sequer é do Executivo da Câmara, mas sim das políticas centrais, do Governo do PSD anterior e do actual do PS.

O que se avizinha na área do Ensino Superior e na área da Saúde não vai permitir uma grande consistência de desenvolvimento para a Região, porque ninguém se quer fixar em regiões onde os serviços de saúde e o Ensino Superior são deficitários. Em relação às opções, pela minha análise, onde se verifica um corte substancial é nas freguesias.

Outra questão é o Polis, cujas obras deveriam ter terminado em 2006 e agora verifica-se que o grande objectivo para 2007 é tentar terminar essas obras. São obras que são difíceis de contestar, sobretudo para quem vive na cidade, porque para quem vive fora o interesse do Polis diminui significativamente e mais uma vez a opção vai ser feita pela centralidade”.

DEPUTADO ANTÓNIO MANUEL PIRES DE ALMEIDA do PS – disse que após uma análise dos documentos apresentados ficou perplexo com o elevado volume de Despesas e Receitas, embora tenha havido uma diminuição significativa em relação ao do ano passado, que previa gastar 56.416 mil euros. “Para 2007 estamos a aprovar um Orçamento de 49.816 mil euros, uma descida significativa que, em meu entender, é pura ficção; estamos muito longe de poder arrecadar metade, ou pouco mais destas verbas e eu pegando nos últimos números faço uma análise do que foi executado em 2006, onde a Receita foi inflacionada em 26.943 mil euros.

Em 2006, até 24 de Novembro, conseguimos arrecadar 26.993 mil euros, o que é óptimo, mas faltando um mês para terminar este ano económico estamos a 30 milhões de euros para conseguir o objectivo que nos propomos.

Não há rigor nem transparência nestes Documentos, porque se fizemos uma análise comparativa com os anos anteriores, onde temos a apresentação de contas (a partir de 2005), verificamos que as receitas arrecadadas em 2005 só foram no valor 32.329 mil euros. Em 2004 arrecadamos 24. 435 mil euros - uma descida significativa - e em 2003, arrecadamos 25.463 mil euros. O Senhor Presidente está a dizer que vai



arrecadar em 2007 49.816 mil euros. Eu venho de um tempo em que o Partido Socialista incluía no Orçamento a dívida, assumindo que vendia património e foi muitas vezes contestado por esta transparência e acusado de falta de rigor. Estou a fazer a análise quantitativa referente a 2003, 2004, 2005 e 2006, em que apenas falta um mês para terminar o ano económico e, como já disse, só conseguimos arrecadar 26.993 mil euros e eu gostava de saber como será possível cumprir um Orçamento que foi aprovado por esta Assembleia, em que previa arrecadar e gastar 56.416 mil euros, havendo um diferencial de 30 milhões de euros. É isto rigor e transparência?

A estratégia que o Senhor Presidente definiu para o Concelho poderá estar certa nas suas opções e nas suas prioridades mas, em meu entender, ela não contribui para a coesão no Município de Chaves. As verbas a transferir para as Juntas são mais reduzidas; em 2005 foram transferidos 808 mil euros e em 2007 propõem a transferência de 550 mil euros. Há um diferencial de 300 mil euros a menos que se propõe transferir para as Juntas de Freguesia em 2007. O Senhor Presidente disse aqui muitas vezes que iria transferir mais verbas para as Juntas de Freguesia, porque o que era feita por elas era com menos dinheiro e melhor executado. Confesso que foi uma falha dos executivos de que fiz parte, que nesta matéria também não cumpriram devidamente as suas funções, mas reconheço agora que foi sol de pouca dura, prejudicando as Freguesias.

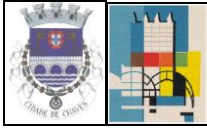
No que diz respeito a Vidago e eu reconheço aqui alguma incoerência da minha parte, mas atendendo a que a coesão deveria dar-se no Concelho e sabendo que Vidago, tem neste momento a decorrer um plano de interesse nacional na área do Turismo, vejo com preocupação a falta de investimento na Vila, porque não tem nenhuma obra requalificante; não tem nenhum investimento digno e há coisas que são essências. Daqui por dois anos está concluído o investimento da UNICER /Turismo e não vejo nenhuma estratégia para melhorar a qualidade da zona envolvente do Parque; podemos estar a criar um “RESORT” de luxo das grades para dentro e ter uma Vila degradada e sem condições de ser visitada.

Gostava que o Senhor Presidente me dissesse onde estão os investimentos na requalificação dos passeios, na iluminação pública - da qual existe projecto, na construção da zona de lazer e piscinas e a conclusão da via de cintura Norte de Vidago.”

DEPUTADO FRANCISCO ANTÓNIO CHAVES DE MELO do PS – disse ser sua intenção fazer uma análise quantitativa sobre as alterações dos montantes e o sítio onde as rubricas estão escondidas e que da sua declaração de voto do Orçamento para o ano económico de 2006, mudando os números, poderia transcrevê-la sobre essa parte quantitativa.

“Hoje temos a oportunidade de, mais uma vez apreciar e votar, documentos de considerável relevância para a vida municipal do próximo ano. As Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2007 deveriam contribuir para a realização daquilo que, Já no ano passado, a Câmara PP/PSD se propunha realizar e não conseguiu, nomeadamente: a maximização dos benefícios da localização geo-estratégica (entre o Norte de Portugal, a Galiza, o Litoral e o Interior); o reforço da competitividade, sobretudo através da água, do lazer termal e do turismo; a oferta de produtos específicos e dar mais valias à terra, enriquecendo-a em quantidade e qualidade de realizações.

Os quatro pilares que o PPD/PSD considerou no ano passado como fundamentais para o desenvolvimento do Concelho estão ainda na fase de “caboucos”, nomeadamente: o aumento do investimento nos recursos humanos, na educação, no desporto, cultura e acção social; a requalificação urbana e a valorização ambiental (dotar a cidade equipamentos urbanos; o desenvolvimento económico, (salientamos



que fomos pioneiros nessa acção); o investimento nas Termas, na Plataforma Logística Internacional do Vale do Tâmega, no Parque de Actividades e no Mercado Abastecedor; mas para quando os empregos, as indústrias, os lucros, as receitas para o município); o quarto pilar, a cooperação institucional (destaco a adesão à FICAM, em especial os Senhores Vereadores do PS).

Os Senhores deputados claramente se apercebem como nós, do muito que é ainda necessário fazer para corresponder àquilo com que esta Autarquia se comprometeu com os flavienses.

Não é com a situação financeira da autarquia a complicar-se – as dívidas de curto e longo prazos, andam entre os 15 e os 17 milhões de euros - que se cumprem as promessas. A dívida está longe de ser estabilizada e controlado o seu crescimento, continuando-se uma gestão de pouco rigor e prudência, face à tendência futura do crescimento dos juros. Para 2007 prevê-se apenas o arrastar de obras que, nalguns casos já foram lançadas em 2003.

Estes documentos deviam definir claramente a priorização de investimentos estratégicos, mas os documentos de apoio apenas justificam o entorpecimento da actividade municipal, apontando para a letargia da acção camarária em 2007, sem novidades, só os vencimentos e os impostos, parecem levar o seu curso habitual e reservar o seu quinhão de receitas municipais.

Temos assim: - o adiamento de expectativas criadas; o adiamento de obras urgentes em várias freguesias do concelho, desde saneamento a pavimentações, passando por polidesportivos e recuperação de escolas; má política económica na indefinição de uma estratégia de captação de investimento produtivo, na ausência de estratégia para animação do pequeno comércio local e na incapacidade de organizar e escoar a produção agrícola; falta de atenção da Câmara para limpeza da via pública, arranjo de passeios, eliminação de obstáculos a deficientes, estradas sem buracos, valetas limpas que permitam o escoamento de águas, casa de banho públicas, fim da terra batida, piscinas salubres e mudança de antenas para fora do perímetro urbano.

Estes Documentos Previsionais não têm subjacente uma linha orientadora para o desenvolvimento a médio/longo prazo para do Concelho. Não apontam caminhos de desenvolvimento sustentável e de modernidade e não perspectivam políticas sociais de apoio a excluídos e necessitados. Não investem na educação ambiental, na educação para a saúde preventiva, na participação viva dos cidadãos na vida pública, na prevenção de incêndios florestais e de cheias ou no ordenamento florestal e na difusão das telecomunicações em rede. Pelo contrário mantêm-se gastos excessivos no “Marketing”, na propaganda e na animação comprada fora, em detrimento da cultura, da participação e do envolvimento popular dos cidadãos nas actividades cívicas.

Recorre à contratação a termo certo, a avenças a à subcontratação, opções que podem facilitar uma política do tipo clientelar; não se prevê um aumento substancial de novas competências municipais, prevendo-se uma quebra das receitas da autarquia, o que pressupõe uma clara ausência de rigor e por todas essas razões o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai votar contra”.

DEPUTADO JOÃO MARIA DA SILVA PEREIRA do PSD – disse que a sua bancada se congratula com este Orçamento apresentado pela equipa que lidera o Município de Chaves.

Não foi à toa que o povo flaviense, nas últimas eleições lhe deu a maioria, mas sim porque acreditou que as pessoas propostas tinham capacidade e sobre tudo um modelo de desenvolvimento para o Concelho, melhor que o apresentado pelas restantes forças partidárias.



Torna-se ridícula e insensata a forma como os Senhores Vereadores do Partido Socialista justificou o seu veto ao Orçamento, ao afirmarem e passo a citar” consubstancia um modelo e perspectiva de gestão errada” fim de citação. Provavelmente os Senhores Vereadores ainda não reflectiram que o modelo de gestão errada não foi o apresentado pelo PSD, mas sim pelo PS e as suas gentes.

A economia portuguesa tem estado a crescer de uma forma muito lenta, não se perspectivando para 2007 uma saída para a crise, pelo que o País vai praticamente estagnar, conforme se pode verificar consultando as previsões para o crescimento económico emitidas pelo Banco de Portugal, OCDE, FMI, que são unânimes em apontar um crescimento não superior a 1,2%.

Se a este cenário somarmos o aumento do desemprego, o despedimento colectivo que o Governo vai efectuar na Função Pública (cerca de 270.000), o agravamento das prestações sociais, a política que o Governo quer implementar para as Autarquias, através da nova Lei das Finanças Locais, com cortes substanciais nas Receitas e com o aumento de competências sem a correspondente contrapartida financeira, só por si todos estes factores bastariam para justificar que o Orçamento para 2007 seja de contenção. Para além disso devemos acrescentar a indecisão do Governo sobre o novo QREN.

O PSD local vai apoiar esta Proposta de Orçamento, porque o considera de continuidade e acima de tudo, de consolidação financeira. De continuidade porque aposta claramente na conclusão do forte investimento realizado de cerca de 41.140 mil euros investidos, dos quais falta pagar 9.681 mil euros.

Ao PS, no que se refere a investimentos, não lhe interessa saber que a Câmara com os tais técnicos que os Senhores dizem que entraram na gestão PSD elaborou e aprovou 22 projectos de fundos comunitários no âmbito do INTERREG III, no valor de 9.895.000 euros, nomeadamente a: - Plataforma Logística, o MARC, os Edifícios INDITRANS I e II, o Museu de Arte Sacra entre outros. Para além disso a Câmara pôs todas as obras do Polis a concurso, remodelou o Balneário Termal, tem em execução a ampliação do Centro de Saúde nº. 2 e muitas outras obras.

Verificamos que este Executivo mostra trabalho feito, ao contrário da oposição que na campanha de 1989 tinha como slogan “ Vamos fazer o que falta” e uma das coisas que faltava era a construção da circular externa de Chaves, que nos doze anos de gestão camarária, não construíram um centímetro e o mais grave – nem o projecto fizeram. Hoje estão em conclusão os dois primeiros troços da circular externa.

Uma oposição séria e credível não deve jogar com as palavras, deve dizer o que está mal feito e apresentar sugestões e mais importante ainda, deve apresentar fontes de receita.

O Partido Socialista não consegue explicar (coisa que nunca faz), como é que baixando o IMI consegue o equilíbrio financeiro no lado das Receitas. Certamente existem soluções como seja o aumento das tarifas de água, resíduos sólidos ou outras, ou então deixar cair alguns projectos e deixar de realizar algumas obras. Agora expliquem aos Flavienses quais.

É realmente insensatez da parte do PS vir aqui propor o aumento do investimento. Para realizar projectos é necessário primeiro elaborá-los, comprar terrenos e arranjar o dinheiro para a execução das obras.

Na análise técnica orçamental o PS continua a afirmar que, por exemplo na conta 09, com o valor de 10.000.000 de euros, o Executivo só conseguirá realizar 5% desse montante, o que demonstra que não sabem fazer contas porque só a venda do Cine-Teatro já ultrapassa o dobro desse valor. Para além disso tem ainda para vender se o quiser fazer – as habitações do Bairro Social, as Instalações do Antigo Matadouro, o Lote da Trindade, o Edifício “Centro dos Estudos Judaicos”e do novo complexo empresarial (Plataforma Logística, MARC e Parque Empresarial). Os 3.000.000 de



euros ali inscritos resultam da venda de lotes, cuja totalidade vendável dará um total de 120.000 metros quadrados a 25 euros o metro quadrado; esses 120.000 metros representam cerca de 44% da área total do complexo empresarial que é de 270.000 m².

Da análise previsional efectuada às Receitas de Capital, verifica-se que houve, por parte do Executivo, critério, seriedade e ponderação. O mesmo não se pode dizer em relação às Receitas Correntes, em que a Lei 42/98 diz taxativamente que o Governo deveria efectuar as actualizações mínimas iguais à inflação, do que se depreende que o Governo PS é incumpridor. Do lado da Despesa é notória a preocupação deste Executivo com a consolidação das despesas, nomeadamente ao nível das rubricas com mais peso: - Não agravar os custos com o pessoal; o limite de endividamento permite folgas financeiras; os custos do capital estão devidamente controlados e a aquisição de bens e serviços correntes e os custos com o pessoal tem um peso relativamente reduzido no total do Orçamento – 16,6% e 17,2%, respectivamente.

Sobre a dívida comentada pelo PS, de 14.000.000 de euros, é caso para perguntar se os Senhores queriam que o avultado investimento realizado caísse do céu; esses investimentos são para pagar, por isso não os camuflamos. O que os devia preocupar não é dívida, mas sim a sua consolidação, a sua estrutura e os seus planos financeiros.

Também é preocupação do Partido Socialista o investimento para 2007, mas sabem bem que, o Governo que os Senhores suportam, apela à contenção e à moderação financeira e vir aqui dizer que 5.000.000 de euros para investimento é pouco, é insultar o Senhor Ministro das Finanças. Com os cortes que o Governo vai fazendo às Autarquias, sem possibilidades, neste momento, de candidaturas a fundos comunitários, com a proposta feita pelos Senhores de redução do IMI e o vosso pessimismo em relação à venda de património, conseguem explicar aos Flavienses onde arranjariam mais dinheiro para investimento no próximo ano? Lanço-lhes aqui um desafio. Entreguem ao Senhor Presidente da Câmara um plano de investimento para 2007, devidamente elaborado e onde constem também as fontes de financiamento. Certamente ele não o recusará.

A diferença de 7.717.000 euros existente no PPI diz respeito ao quarto Quadro Comunitário de Apoio embora não se saiba quais os projectos que vão ser aprovados e qual o montante participado, mas a finalidade deste valor é que este Executivo em 2007 vai concluir e entregar, quando as candidaturas estiverem definidas, os seguintes projectos: 1 - Rodovia de acesso ao Hospital – estruturante para a espinha dorsal do tráfego da cidade; 2 – Acesso do Nó A24 Chaves centro ao Parque Empresarial da Cocanha – uma das formas de revitalizar este Parque; Palácio da Água – complemento de laser ao Balneário Termal, que foi alvo de fortes investimentos; Pavilhão Multiusos; Fundação Nadir Afonso; Novo Complexo de Piscinas; Novo Parque Desportivo e Centros Escolares.

Dizer que este Orçamento é um embuste e que tem truques, o que dizer então do apresentado pelo Governo que mereceu reparos do Tribunal de Contas. Nas últimas eleições Autárquicas locais, o Partido Socialista prometeu postos de trabalho a pessoas e, mais recentemente, nas legislativas, prometeu 150.000 postos de trabalho, não aumentar os impostos, não colocar portagens e outros benefícios que levou o povo português a votar no partido, dando-lhe a maioria.

Não é o PSD que usa truques para atacar militantes do PS, mas é o PS que os usa e baixos, para atacar militantes do PSD, quer em termos de vencimentos, quer pelos lugares que ocupam e também não é o PSD que pressiona às escondidas para que Instituições onde a Câmara tem influência, sejam fiscalizadas e objecto de notícias na comunicação social. É o caso da Escola de Enfermagem que em cerca de 12 anos de gestão camarária socialista, funcionando em instalações degradadas e muito pouco



dignas para uma escola, nunca foi fiscalizada. Há pouco mais de um ano está a funcionar em instalações do mais moderno que existe e com condições excelentes, foi, nas últimas semanas, objecto de todo o tipo de fiscalizações.

Também não é o PSD que tem posições dúbias em relação ao Hospital, em que localmente e perante o povo se toma uma posição e internamente, junto do Órgão do Partido se defende outra completamente diferente, acontecendo o mesmo em relação à Reforma do Sistema Educativo, ou mesmo em relação à Reforma da Função Pública. Não é o PSD, nem nunca foi, que cria lobis de pressão junto do Governo Central, para que obras importantes não se realizem e personalidades importantes não visitem Chaves. É o caso do Nó de Outeiro Seco. Quando o PSD saiu do Governo deixou esta obra devidamente aprovada, mas o Ministro actual decidiu aprovar apenas uma parte.

DEPUTADO FRANCISCO ANTÓNIO CHAVES DE MELO do PS – usou da palavra para dizer que a sua bancada repudia completamente o tipo de afirmações que lhes foram dirigidas e que por tão imaginativas e alucinadas que são, não dirão mais nada.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA disse que na apresentação do Orçamento disse ser este um documento com objectivos, com rumo, fundamentado e justificado sob o ponto de vista financeiro.

Em seguida prestou os esclarecimentos que lhe foram colocados pelos Senhores Deputados, pela ordem em que foram das intervenções feitas.

- Agradeço as palavras de incentivo proferidas, na sua intervenção, pelo Senhor Deputado **Higino Domingos Silva**.
- O Senhor deputado **Fernando de Carvalho** coloca uma questão relativamente à variação de Receitas e Despesas. Há duas razões fundamentais para essa situação. 1 – Alterou substancialmente a transferência de dinheiros por parte da Administração Central para as Autarquias. Há pouco referi a questão da participação no IRS do Município e a criação do Fundo Social Municipal. Essa situação não só alterou a designação anterior, mas alterou também os montantes; e uma das razões porque alterara o rácio Receita/Despesa e Receita Corrente/Receita de Capital é porque agora o Estado transfere para as Autarquias mais cerca de 800 mil euros para Despesas Correntes e deduz esse montante em Despesas de Capital. Feita a conciliação há cerca de 1.500.000 euros de diferença no rácio entre Receitas e Despesas.

A Câmara Municipal de Chaves tem nesta altura pagos e não recebidos mais de **cinco** milhões de euros, de diversos Programas Comunitários. Os pagos e acabados não constam desta Proposta, resultando daí uma diferença no pacote global do Orçamento de 2006 para 2007, por virtude dessa diminuição, e há no rácio de Receita de Capital/Despesa de Capital, Receita Corrente/Despesa Corrente, Receita Corrente/Receita de Capital e Despesa Corrente/Despesa de Capital, alterações por virtude das explicações que acabei de dar. Pode-se pontualmente depois procurar em cada uma das rubricas o cômputo global, mas as duas razões fundamentais, para essa alteração que referiu, são rigorosamente as transferências do Estado e as Receitas provenientes das candidaturas e do recebimento de Fundos Comunitários e acrescentou:

Pelas regras cumpridas escrupulosamente, nos termos definidos na Lei, as Receitas orçamentais Correntes inscritas, calculadas em função da média dos últimos 24 meses, nalguns casos, poderão estar subavaliadas. As Receitas de Capital têm esses montantes equivalentes a bens de investimento, que são os mais previsíveis e com execução mais passível de acontecer ou não. A Despesa Corrente sobe 0,7% no seu total, enquanto que a Receita sobe 14,7%. Subindo a



Despesa Corrente 0,7% é menos do que 1% que temos de pagar relativamente os aumentos dos vencimentos, que é imposição governamental, por isso não há aumento de Despesas.

A sessão da Assembleia Municipal foi marcada para Novembro por duas razões fundamentais: 1 – A Lei dá a prerrogativa de apresentar os Documentos Previsionais em Novembro ou Dezembro; 2 – A definição da taxa do IMI tem de ser apresentada na DGCI até ao dia 30 de Novembro.

- O Senhor deputado **Manuel Cunha** apelidou-me de Sócrático. Como sabe o Socratismo tem duas características essenciais - a ironia e a maiêutica - e eu utilizo as duas quando é necessário. Mas a filosofia evoluiu por Platão para Aristóteles e toda a civilização ocidental se baseia mais no Aristotelismo do que no Socratismo, embora ambos tenham o condão de terem sido os primeiros a avançar com a filosofia sistematizada, lançando o mundo para uma civilização melhor. Mas o efeito não está propriamente nos princípios da filosofia – está na prática. Para mim não há direita e esquerda – eu sou assumidamente Social - Democrata, e se o Primeiro Ministro, ou outros forem também Sociais Democratas, aí coincidimos.

Este Orçamento em termos de matriz traduz uma opção que é indubitavelmente Social – Democrata, mas a questão que o Senhor deputado colocou, está na mente de muitas pessoas: a rivalidade entre Chaves e Vila Real. É evidente que ela existe mas cultivá-la não é bom, porque hoje, no contexto actual, ninguém ganha nada com essa rivalidade exacerbada. Aquilo que nos faz evoluir é tornarmo-nos capazes de sermos complementares e o que Chaves perdeu, durante muito tempo, foi querer o mesmo que Vila Real tinha mas que não conseguiu; hoje temos aquilo que Vila Real não tem e isso é que é importante, nomeadamente: - Termalismo e Turismo, (50% do Turismo de Trás-os-Montes entra em Chaves - é uma área onde temos de apostar, ser diferentes e onde não há rivalidade; a Logística e o sector Agro-Alimentar, são também pontos a nosso favor.

Do ponto de vista do desenvolvimento regional estamos numa zona privilegiada, sobretudo com as novas acessibilidades e temos de apostar em coisas diferentes. Os investimentos que estão a ser feitos no Turismo, por entidades privadas, com o aval do Governo, de Aveiro para Norte, são em Vidago e em Chaves e isso são indícios de que somos inteligentes para saber promover, potenciar e ir buscar aquilo que nos diferencia e que é importante para o nosso Concelho. Temos o cuidado de promover o desenvolvimento equilibrado no Concelho e este Executivo implementou um plano de combate à desertificação rural, e tal como pediram uma visita guiada às Termas de Chaves, seria bom que fizessem uma visita guiada a intervenções feitas em cozinhas tradicionais no Concelho, que é uma forma de revitalizar a economia natural, de procurar promover e divulgar os produtos locais. Só há desenvolvimento quando todas as parcelas participarem e desde que fique uma parcela de fora, já o desenvolvimento não cumpre os seus desígnios.

- O Senhor deputado **António Manuel Pires Almeida** na sua intervenção, tendo analisado alguns números deste ano, falou praticamente nos Orçamentos de 2003, 2004, 2005. O que está aqui em análise é o de 2007. As arrecadações orçamentais foram evoluindo, como é evidente, e o Senhor tem como referência relativamente a este Orçamento a arrecadação do ano passado – 32 milhões de euros; Se aos 26 milhões já arrecadados juntar os 5 milhões que a Câmara pagou e que ainda não recebeu, supera o arrecadado em 2006; já que o Senhor sabe perfeitamente, porque já foi Vereador, que o mês de Dezembro é aquele em que há uma superior arrecadação de receita, não só do Estado, como de Fundos e de determinados Projectos e isso ver-se-à na Prestação de Contas.

É certo que o valor inscrito no Orçamento para transferências às Juntas de Freguesia é menor do que o do ano anterior, mas isso não significa que a



transferência efectiva não seja maior este ano, tudo depende da disponibilidade financeira e da execução de obras por parte das Juntas. O investimento nas Freguesias, não pode ser visto apenas pelas transferências de capital e nesta data, só em transferências para as Juntas de Freguesia, já vão cerca de 6 milhões de euros, fora aquilo que ainda se deve em protocolos; os investimentos que estão a ser feitos nas Freguesias para lá desse valor transferido, nomeadamente: - 36 redes de saneamento; a ligação de Vilas Boas a Ventuzelos, já concluída, que é uma aspiração de décadas das populações daquelas aldeias. Se o Senhor deputado somar o investimento real feito pela Câmara Municipal em saneamento, em acessibilidades, em arruamentos, com aquele que é transferido directamente para as Juntas, vai verificar que, no computo geral, a intervenção na zona rural é equivalente ao que é feito na zona urbana. Isso é que é analisar os documentos, com rigor e com consistência, do ponto de vista económico.

O Caso específico de Vidago já foi aqui referido várias vezes. Está a ser feito um investimento de grande envergadura e a Vila necessita de responder. Uma obra que esta Câmara fez em Vidago e agradou à população, foi a cobertura do Mercado Municipal; fez uma intervenção, que não correu como esperávamos, no antigo Campo da Feira, está em orçamento a intervenção na Rua Central ao longo na Nacional nº. 2, e o GTL de Vidago está a preparar outras intervenções para o próximo Quadro Comunitário de Apoio.

- O Senhor deputado **Francisco Chaves de Melo** fez uma intervenção envergonhada.

Referiu a questão do pessoal, mas o que o Senhor disse é uma completa disparidade em relação ao que está orçamentado. Como sabe o próprio Governo estabeleceu regras rígidas em não permitir que, no final do ano, o valor das despesas com o pessoal, ultrapasse o valor do ano anterior e vir aqui falar novamente neste assunto é um despropósito total.

Disse que não se investiu na Educação, o que é uma negação do grande investimento que se fez nesta área; poderá não ser e, certamente, não é, naturalmente, aquele que seria necessário.

Afirmou também que não se requalificou a cidade, então a Biblioteca Municipal, inaugurada do passado dia 8 de Julho, por sua Excelência o Senhor Primeiro - Ministro, não é um equipamento importante? Desde 8 de Julho até ao dia 27 de Novembro passaram pela Biblioteca Municipal 27.371 pessoas; foram feitas 11.013 consultas na Internet; 8.205 leituras presenciais; 2.257 requisições de livros para leitura em casa; 601 horas de conto para crianças do pré-escolar e 679 visitas guiadas para estudantes, especialmente de alunos de escolas secundárias. O Senhor Deputado ao se esquecer deste equipamento está a cometer um lapso imperdoável e não devemos esquecer o número de pessoas que visitaram as várias exposições feitas no Centro Cultural ao longo do ano. Desde já anuncio que no próximo ano teremos exposições de maior envergadura, nomeadamente de pintores como a Graça Morais, de arquitectos como Sisa Vieira e de escultores como José Rodrigues que irão expor aqui as suas obras, o que significa que do ponto de vista do dinamismo cultural a cidade também cresce.

O Senhor deputado disse que só se investe em “betão”. Eu pergunto-lhe se o Senhor consegue construir um Centro Cultural sem “betão”. Na realidade, dos investimentos financiados pelos Fundos Comunitários o que efectivamente é visível no País, é o “betão”.

É importante reconhecer que o Município de Chaves fez os investimentos certos, nos equipamentos certos.

- O Senhor deputado **João Maria da Silva Pereira** fez uma intervenção sobre a Proposta em análise séria. As fontes de financiamento por ele referidas são



importantes. Houve alguém, nesta Assembleia que disse: «noutros tempos, quando o PSD era oposição acusava o executivo PS de vender o património». Pessoalmente, quer na qualidade de deputado da Assembleia, quer na de Vereador da Câmara nunca ninguém me ouviu criticar a dívida, ou a questão da venda de património relativamente aos Orçamentos, porque entendo que quando é para investimento é necessária. No meu entender o que deviam fazer os candidatos, no que diz respeito às Finanças Locais e à política local, era dizer, na altura da candidatura, o que pretendiam fazer e quais as fontes de financiamento a que iriam recorrer e aí ficava, à partida, definida a questão dos impostos e a questão da arrecadação das receitas; espero que a nova Lei das Finanças Locais nos permita fazer isso e nessa altura ver-se-à quem tem capacidade de planear, de traçar estratégias e produzir desenvolvimento para todos.

O **SENHOR PRESIDENTE DA MESA** pediu autorização à Assembleia para continuar ao trabalhos e reformular a Agenda, dado o avançado da hora - 20 horas - e ainda se estava a analisar o 3º. Ponto, havendo ainda mais três para discutir. Propôs que o último ponto "**Educação no Concelho de Chaves**" fosse discutido numa sessão extraordinária, mas sem direito a senhas de presença, eventualmente num Sábado ou então trazê-lo a uma outra Assembleia cuja agenda esteja menos sobrecarregada. Por unanimidade ficou decidido que este último assunto fosse agendado para uma próxima Assembleia Municipal.

Posta à votação a Proposta foi aprovada com 57 votos a favor, 21 votos contra e 1 abstenção. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

O Grupo Municipal do Partido Socialista apresentou a seguinte Declaração de Votos: "**Documentos Previsionais para o ano de 2007**"

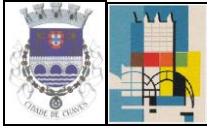
Após a análise dos documentos apresentados o Grupo Parlamentar do Partido Socialista votou contra os Documentos Previsionais para o ano de 2007, entre outras, pelas seguintes razões: 1. Os documentos apresentados revelam falta de rigor e planeamento, o que os torna instrumentos de política artificial e mediática, não sendo os suportes de desenvolvimento que o Concelho merece e espera. 2 - São falsas mais de um terço das receitas previstas pelo que se deduz que igual ou superior percentagem de obras se irão deixar de concretizar. 3 - Há grandes quantitativos de receitas e despesas não devidamente especificadas. 4 - A dotação orçamental para obras novas e verdadeiramente estruturantes é insignificante. 5 - Predomina o espírito quantitativo quando se tornam cada vez mais urgentes as opções qualitativas. Verifica-se, na generalidade, que estes Documentos Previsionais para o ano de 2007 são tão enganosos como os dos anos anteriores. São irrealistas nos objectivos, inconsistentes nos dados e incoerentes nos propósitos. Mais grave ainda: não são factores de correcção de desequilíbrios existentes no Concelho em termos de investimento.

Votamos contra os Documentos Previsionais para o ano de 2007 por coerência e em consciência. Entendemos que o nosso concelho precisa duma gestão mais verdadeira, mais eficiente e mais moderna. Chaves 29 de Novembro de 2006".

PONTO 4 - PROJECTO DE REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO PARA O ENSINO SUPERIOR. PROPOSTA Nº. 95/GAP/06;

Para discussão deste ponto usaram da palavra os seguintes deputados:

BRIGITE RAQUEL BAZENGA VIEIRA TOMÁS GONÇALVES do PS – disse que no entender do seu Partido, já não é sem tempo que vem a este Órgão a discussão e



aprovação do Projecto de Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior. Que esta medida peca por tardia, uma vez que a falta de existência deste regulamento era uma das grandes lacunas da área da acção social, e em particular, de políticas para a juventude da autarquia flaviense.

Tal como elucida o preâmbulo do documento, compete ao Município prestar apoio aos estratos mais desfavorecidos e em particular aos jovens, que frequentam o ensino superior, numa lógica de desenvolvimento educacional, contribuindo para o incremento sócio-económico e cultural do Concelho, princípios com os quais o Partido Socialista se identifica e tem preconizado.

Depois da análise do normativo do documento conclui-se que para o actual executivo camarário, tais princípios parecem ser de defender apenas em termos abstractos, uma vez que este Regulamento, nestes moldes, não permitirá concretizar, de forma efectiva, os fins a que se propõe.

Ao criar um documento legal como este, tem de se ter em mente a eficácia que se pretende dar-lhe e o seu campo de aplicação. Neste projecto cremos que o objectivo do executivo é lançar mão do “chavão”, de que a Câmara cumpre com as suas obrigações sociais para com os jovens carenciados do Concelho, o que, de todo em todo, corresponde à verdade. Isto porque no entender da bancada socialista, a malha de requisitos para a candidatura é tão apertada que, em concreto, este Regulamento, não permite qualquer candidatura.

Concretizando vejamos: Impõe-se no art. 4º que só poderão ser candidatos os jovens residentes no Concelho há pelo menos cinco anos; que tenham ingressado no Ensino Superior com média igual ou superior a 14 valores; que não tenham qualquer outra licenciatura ou bacharelato; que não beneficiem de nenhuma outra bolsa ou subsídio de qualquer instituição; que tenham obtido aproveitamento escolar e cujo agregado familiar não tenha um rendimento «per capita» superior ao salário mínimo nacional. Tais requisitos não procuram o devido realismo e demonstram uma vontade efectiva de não ter nenhum candidato a bolseiro.

Pergunto: Pode conceber-se que, por exemplo, um jovem de 20 anos, estudante do segundo ano de enfermagem, que tem actualmente média de 16 valores, mas que ingressou no ensino superior com 13,2 valores e cuja condição económica do agregado familiar preencha os requisitos do diploma, não possa ser candidato? Ou se o jovem candidato preenche todos os requisitos de candidatura, mas como recebe, seja de que instituição for, uma bolsa no valor de 20 euros, fique liminarmente excluído?

Para o Partido Socialista tais afirmações afiguram-se de absurdo e como tal votará contra este Regulamento, caso esta Assembleia insista, tal como fez o Senhor Presidente da Câmara em reunião do executivo, em manter tal qual as alíneas b) e d) do art. 4º do presente Regulamento.

Sabemos, através de debates e estudos feitos, que o insucesso escolar e as precárias condições sócio - económicas andam de mãos dadas. Salvo uma ou outra excepção, tendencialmente, são os jovens economicamente mais debilitados que ingressam no ensino superior com médias menos brilhantes. É também sobejamente reconhecido que a média de ingresso no Ensino Superior, não reflecte aquele que poderá vir a ser o sucesso (ou insucesso) do aluno no decorrer da licenciatura. Há situações de alunos que eram brilhantes no ensino secundário e que posteriormente, por qualquer razão, não mantêm tais médias, ou vice-versa.

O Partido Socialista só votará favoravelmente este Regulamento, desde que o mesmo não imponha o requisito da média de ingresso como factor liminar de exclusão. Defendemos o desaparecimento da alínea b) do art. 4º. Consideramos, no entanto, que tal questão poderá reaparecer no art. 7º como “factor de desempate”, considerando-se em que nos casos em que o rendimento familiar de dois candidatos



é semelhante e estando ambos a candidatar-se ao primeiro ano de licenciatura, a média de ingresso possa ser factor a ter em atenção, mas apenas e só nestas situações, uma vez que para os anos seguintes da licenciatura o referencial deverá ser a média do ano lectivo transacto e não a média de ingresso.

Discordamos da imposição de o candidato não poder receber qualquer outro apoio ou subsídio de outra instituição por considerarmos que a norma é cega e exclui um jovem pelo facto de já ter um outro qualquer apoio. Assim propomos a eliminação da alínea d) do art.4º e se formule um novo artigo que preveja que a bolsa de estudo a atribuir pela Autarquia possa ser reduzida ou anulada, caso esta bolsa, acumulada com as outras que o bolseiro seja titular, exceda o valor do salário mínimo nacional e acautelando, novamente nos requisitos do art. 7º, que em caso de igualdade de rendimentos, será atribuída a bolsa ao candidato que não receba qualquer outro apoio, ou ao que receba apoio de menor valor, passando a ser esta a alínea b) do referido art. 7º.

Entendemos que o Regulamento deveria tipificar algumas situações especiais não previstas, a que se refere o art. 16º e de forma clara discriminar positivamente a possibilidade de atribuição de bolsa a jovens estudantes do ensino superior que revelem no Concelho excepcionais capacidades artísticas ou desportivas, bem como prever também a possibilidade de candidatura a estudantes portadores de grau de deficiência ou incapacidade, calculado nos termos da Tabela Nacional de Incapacidades, mediante atestado de incapacidade. Estes jovens beneficiariam de um estatuto especial de atribuição de bolsa de estudo, após ponderada a sua situação concreta pela Comissão de Análise de Candidaturas.

Terminou dizendo que a sua bancada está convicta de que só com a inclusão das alterações agora propostas, este Regulamento será realista e de verdade, com destinatários reais.

NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO do PSD – disse não concordar com a declaração dos Senhores Vereadores do Partido Socialista na Câmara, nem com a intervenção da Senhora deputada do PS, sobre a matéria em questão, porque, no seu entender, não têm ponta por onde se lhe pegue.

Dizer que já não é sem tempo que este assunto vem a esta Assembleia, só por má fé ou por falta de memória.

Eu próprio trouxe esta questão e foi discutida neste Fórum, quando era Presidente da Câmara o Senhor Dr. Altamiro Claro e nessa altura o Partido Socialista, em 30 de Maio de 2000, votou contra a Proposta com o argumento de que a mesma seria ilegal, apesar de a mesma estar baseada na Lei 169/99, de 18 de Setembro, que atribuía essa competência aos Municípios. Recordo a coerência do Partido Social - Democrata, nessa altura, através da minha pessoa. Em 30 de Setembro de 2003 trouxe novamente uma proposta a esta Câmara, onde dizia o seguinte: “Embora não esteja na Informação do Senhor Presidente da Câmara, mas ainda neste período de “Antes da Ordem do Dia”, gostaria de recordar ao actual executivo, uma matéria que sempre defendi e classifiquei de importante, bem como V. Exas. Refiro-me concretamente ao Regulamento para atribuição de bolsas de estudo a estudantes do Ensino Superior”.

Defendi no passado, defendo-a no presente e continuarei a defendê-la enquanto não estiver em prática. Sei perfeitamente que o Senhor Presidente e o Senhor Vice-Presidente são sensíveis a esta questão, até porque, foram eles, nessa altura Vereadores da oposição, os autores da Proposta nº. 5/2000.

A retórica do Partido Socialista ao vir aqui dizer que está preocupado com as questões da juventude, não passa mesmo de retórica. Se assim não fosse, tinha aprovado a Proposta apresentada em 2000, sobre esta matéria, mas foi chumbada



porque foi apresentada pelo PSD. Não entendo a Declaração de Voto dos Senhores Vereadores do Partido Socialista perante um Regulamento bem elaborado, rigoroso, competente e não tão apertado como querem fazer passar. Há no País Câmaras que já têm Regulamentos aprovados e consultem-nos para verificarem como são bem mais apertados do que este.

O Partido Social - Democrata vai votar favoravelmente esta Proposta tal como foi apresentada à Assembleia.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA depois de saudar a intervenção da Senhora deputada Brigitte Bazenga Gonçalves, disse que esta é uma situação excepcional. Quando em 2000 os Vereadores do PSD levaram à Câmara idêntica proposta, não foi aprovada com o argumento de que a Autarquia não tinha competência nesta área. Entretanto há mais de uma centena de Regulamentos destas outras Câmaras do País e o de Vila Real por exemplo, já é de 1999. Quando em 2000 fizemos a proposta entendi colocar-lhe algumas restrições.

O que está em causa aqui são os princípios, e eu entendo que esta é uma matéria onde deveria haver uma consensualidade mínima, no avanço da Proposta porque: 1 – É uma situação excepcional; 2 – para qualquer situação excepcional tem de haver regras e admito que aqui as regras foram feitas com restrições, porque sendo excepcional, não é para todas as pessoas, mas sim para um grupo restrito - prevendo-se apenas 20. Se compararem os montantes propostos verificaram que os nossos valores são, em média, superiores a qualquer outros e têm uma distinção de 200,00€ para quem estuda fora do Concelho e 75,00€ para quem estuda no Concelho.

Relativamente às regras, pretendemos que entre em vigor no próximo ano lectivo, admitindo candidaturas já no mês de Janeiro.

Admitindo que a questão da classificação para a entrada na Universidade possa ser uma restrição, mas vamos avançar com a Proposta com as salvaguardas que a Lei especifica.

Quando se fala no rendimento "*per capita*" não nos referimos ao conjunto do agregado familiar, mas sim aos diversos elementos que o constituem e pode haver no agregado familiar mais de uma pessoa a auferir o ordenado mínimo.

O art. 16º tem situações especiais não previstas; a Divisão de Educação e Desporto, perante as candidaturas que vierem a ser apresentadas, terá capacidade de as analisar devidamente. Há aqui uma restrição que diz: "a Unidade Orgânica responsável pela análise dos pedidos de candidatura, pode, durante o processo de selecção, considerar situações especiais não previstas no Projecto de Regulamento"; assim é aberta aqui uma possibilidade de alagamento da base de selecção, mas já antes se prevê a possibilidade de acumulação de bolsas, nomeadamente a estudantes carenciados, que podem ter acesso a um apoio estatal que não seja suficiente e necessitem do complemento do apoio do Município – alínea f) do art. 15º.

Para que a Proposta reúna consensualidade e possa avançar como está, uma vez que a introdução das sugestões apresentadas levariam a que a mesma não seja aprovada até ao final do ano, solicitamos que a mesma seja aprovada com este articulado, que as excepções sejam utilizadas e que, se realmente, ao fechar as candidaturas, continuarmos a verificar que é restritivo, proporemos a alteração da situação para abrir mais este leque, tendo em atenção os respectivos prazos de candidaturas ao Ensino Superior.

Dirijo-me ao Senhor deputado Nelson Montalvão e em particular ao Senhor Vereador Carlos Castanheira Penas, na qualidade de Vereador autor da presente Proposta, aos outros elementos da Câmara e ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal,



se aceitam esta metodologia e faço o mesmo a esta Assembleia e ao Partido Socialista, para permitir o necessário consenso para a sua aprovação.

BRIGITE RAQUEL BAZENGA VIEIRA TOMÁS GONÇALVES do PS – saudou e louvou o bom senso do Senhor Presidente da Câmara e disse que era esta a atitude que esperava da bancada do PPD/PSD, mas felizmente veio de onde não esperava. Relativamente à questão do tardio disse-o porque esta era uma promessa do primeiro mandato deste executivo e como só surge no segundo, não deixa de ser tardia, independentemente do que o PS tenha ou não feito.

Relativamente ao Regulamento propriamente dito é exactamente porque mais à frente tem a possibilidade de se reequacionar a questão da bolsa, caso haja apoios ou não, que achamos que é incongruente existir esta alínea a dizer num primeiro momento que ficam excluídos todos aqueles candidatos que tenham outro apoio e mais à frente dizer que tendo outro apoio é para reequacionar; não faz sentido esta alínea estar aqui.

Por outro lado achamos que o Senhor Presidente da Câmara foi sensível ao argumento que é Social – Democrata, que, infelizmente algum insucesso escolar anda de mãos dadas com as questões Sócio-económicas e por essa razão é injusto que alguém que entra na Universidade com 13,3 ou 13,4, seja liminarmente excluído deste concurso. E não estamos a dizer que vai receber ou não a bolsa, o que pomos aqui é a possibilidade de a vir a receber e de ser candidato, porque o que aqui se diz é que só podem ser candidatos os “pobrezinhos” com mais de 14 valores; e quem tem 11 ou 12 valores?

Quanto aos “timingues” eu acho que a eliminação destas duas alíneas, eventualmente ponderá-las no art. 7º, como factor de desempate, esta Assembleia tem poderes para alterar este Regulamento hoje, desde que queiram ser feitas estas alterações, aprová-lo e dar-lhe o devido andamento.

NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO do PSD – usou da palavra para responder à Senhora deputada que o que ela esperava que viesse da bancada do Partido Social - Democrata, não veio, nem poderia vir. A Proposta é do Executivo. “Nós votamos o que nos é apresentado, porque o discutimos e analisámos anteriormente. A questão de ser alterada na Assembleia cabe ao Executivo dizer se altera a Proposta que apresenta ou não e mantenho que a Proposta que nos foi apresentada, cabe à Câmara alterá-la ou não. A Assembleia Municipal aprova ou não essa alteração à Proposta”.

Disse que o seu Grupo Municipal acolhe a sugestão feita pelo Senhor Presidente da Câmara, mas não aceita a que foi feita pela Senhora deputada da bancada Socialista; se o Senhor Presidente da Assembleia assim o entender, será votada nesta sessão a Proposta que lhes foi entregue e a sua bancada vai votá-la favoravelmente.

O **SENHOR PRESIDENTE DA MESA** usou da palavra para esclarecer que a Câmara Municipal tem o poder legislativo e a Assembleia tem o Poder Fiscalizador mas não pode impor ao Poder Executivo que legisle em função do seu interesse.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** – disse entender que a Proposta que fez anteriormente lhe parece razoável e não retira a possibilidade de lhe serem introduzidas alterações, se, no futuro, se vier a verificar que é necessário. A certeza e a convicção que a Senhora deputada Brigitte Raquel tem em que a Proposta necessita de alterações, será verificada no futuro, quando o Regulamento estiver em execução e, nessa altura, se efectivamente forem necessárias, ser-lhe-ão introduzidas.



Se a Proposta for aprovada tal com está - isso não desmerece o seu trabalho que reconheço muito válido - e se até à reunião da Assembleia Municipal a realizar no mês de Abril de 2007, verificarmos que será mais viável se lhe introduzirmos as suas sugestões isso será feito. Se isso se vier a verificar, o autor da Proposta, Vereador Castanheira Penas, a Senhora deputada e o Senhor deputado Nelson Montalvão do PSD, trabalharão uma nova Proposta consensual, que virá à Assembleia Municipal a realizar em Abril, dado que a partir dessa data ainda pode produzir efeito para possíveis candidatos ao Ensino Superior, uma vez que as candidaturas às Universidades são feitas em Agosto.

Se esta minha proposta merecer o vosso acolhimento, julgo que permitirá que a Assembleia se pronuncie ainda hoje, no sentido de ultrapassar esta questão.

DEPUTADA PAULA CRISTINA BARROS TEIXEIRA DOS SANTOS do PS – usou da palavra para dizer que o Grupo Municipal do Partido Socialista se revê, inteiramente na intervenção feita pela Senhora deputada Brigitte Raquel Bazenga Gonçalves. No entanto, face ao posicionamento do Senhor Presidente da Câmara aqui assumido, de alguma maleabilidade que poderá, no futuro, permitir integrar algumas das sugestões feitas pelo seu Grupo Municipal, razão porque vão viabilizar a Proposta em análise, uma vez que o PS também se revê em todas e quaisquer políticas de apoio à juventude.

DEPUTADO ANTÓNIO BARREIRA BATISTA da CDU - disse congratular-se com esta Proposta, pelo seu alcance social e porque é muito importante para o jovens. Até aqui não existia nada e agora temos este instrumento, que poderá ser melhorado, se necessário, razão porque a sua bancada vai votar favoravelmente.

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 5 - PROJECTO DE REGULAMENTO DE ALIENAÇÃO DE LOTES DO PARQUE DE ACTIVIDADES DE CHAVES 1ª. FASE. PROPOSTA Nº. 97/GAP/06;

Para discussão deste ponto usaram da palavra os seguintes deputados:

DEPUTADO ANSELMO JOSÉ MARTINS do PS – deu as boas vindas ao Senhor Vereador Carlos Castanheira Penas, pelas suas novas funções que exerce, como Vereador da Autarquia, desejando que o seu trabalho seja profícuo para o Concelho e que as suas funções o realizem em termos pessoais.

Disse que esta Proposta de Regulamento da alienação de lotes do Parque de Actividades de Chaves “já poderia estar pronto há mais tempo e ter vindo a este Órgão e que, para a votarem favoravelmente, a sua bancada tem uma condição a colocar. Querem que os empresários de Chaves sejam discriminados positivamente. 1 - Primeiro porque são do Concelho; segundo porque os empresários do Concelho dão mais confiança de que não farão deslocalizações (todos sabemos com é negativo, em termos sociais as deslocalizações de empresas) e por essa razão gostaria que incluísse nesta Proposta a sua sugestão.

Terminou desejando a todos os presentes um Bom e Feliz Natal, cheio de paz e que o Novo Ano traga a todos muitas coisas boas.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** informou o Senhor deputado Anselmo Martins que o nº. 3 do art.6º. da Proposta de Regulamento em análise diz claramente que as Empresas já instaladas no Concelho de Chaves, fora das áreas geográficas classificadas no Plano Director Municipal, como espaços Industriais e que pretendam



Assembleia Municipal de Chaves

ACTA número 05/2006

deslocalizar a sua unidade industrial para o Parque de Actividades de Chaves, gozarão do direito de preferência na aquisição e utilização de lotes, nas condições ali mencionadas.

As leis comunitárias impedem que haja qualquer tipo de protecção, mas neste Regulamento, como já atrás disse, há uma cláusula que estabelece condições especiais de instalação para os empresários locais.

Na resposta à Declaração de Voto dos Senhores Vereadores do PS na reunião de Câmara, eu disse que o Município de Chaves, por virtude do Pacto de Desenvolvimento do Alto Tâmega, para aquele investimento, e também porque na primeira proposta a Empresa que concorreu, apresentou uma baixa de praça substancial, refizemos a candidatura e conseguimos fazer aqueles pavilhões que lá estão - dois com 700 m² e os demais com 500m² - que são para instalar empresários da terra, nomeadamente para aqueles que apresentem sectores inovadores, havendo já candidatos.

Espero ter esclarecido o Senhor deputado relativamente à preocupação que apresentou na sua intervenção, sobre os empresários do Concelho. Como se recordam o Regulamento para a instalação já foi aqui aprovado, este é efectivamente para se começar a vender e entregar os lotes aos seus proprietários.

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

Esgotados todos os assuntos da ordem de Trabalhos e nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente da Mesa desejou a todos um Santo Natal e um esplêndido Ano Novo e em seguida encerrou a sessão de que, para constar, foi lavrada a presente acta que vai ser assinada pelos Membros da Mesa e subscrita por mim Maria das Graças Alves, que a redigi.

O Presidente da Mesa _____

O 1º. Secretário _____

O 2º. Secretário _____